

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

CENTRO SOCIO ECONÔMICO

DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

MARIA JULIA GAIA PEREIRA

AS FAMÍLIAS INSCRITAS NOS PROGRAMAS DO LAR FABIANO DE CRISTO

**– UPI ARNALDO SÃO THIAGO: seus motivos e suas formas de organização
sociofamiliar durante a permanência na instituição**

Florianópolis – SC

2010-2

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

CENTRO SOCIO-ECONÔMICO

DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

MARIA JULIA GAIA PEREIRA

**AS FAMÍLIAS INSCRITAS NOS PROGRAMAS DO LAR FABIANO DE CRISTO –
UPI ARNALDO SÃO THIAGO: seus motivos e suas formas de organização
sociofamiliar durante a permanência na instituição**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Departamento de Serviço
Social da Universidade Federal de Santa
Catarina para a obtenção do título de
Bacharel em Serviço Social, orientado pela
Prof^a. Daiana Nardino Dias

Florianópolis – SC

2010-2

AS FAMÍLIAS INSCRITAS NOS PROGRAMAS DO LAR FABIANO DE CRISTO –

UPIARNALDO SÃO THIAGO: seus motivos e suas formas de organização

sociofamiliar durante a permanência na instituição

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Departamento de Serviço
Social da Universidade Federal de Santa
Catarina para a obtenção do título de
Bacharel em Serviço Social, orientado pela
Profª. Daiana Nardino Dias

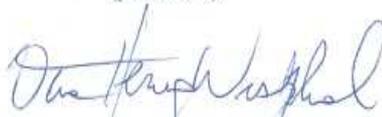
Florianópolis, 14 de dezembro de 2010.

BANCA EXAMINADORA:



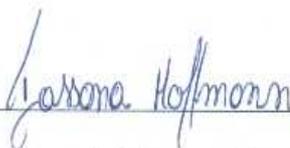
Profª. Daiana Nardino Dias

(presidente)



Profª. Drª. Vera Herweg Westphal

(1ª examinadora)



A. S. Iassana Hoffmann

(2ª examinadora)

ELA

Ela sorri e o sorriso dela

Me acalma, acalenta a alma.

Ela está triste, a tristeza dela

Me atinge e tinge a alma.

Seus braços, meu porto seguro

Aonde aporto segredos profundos.

Suas palavras verdadeiras me dão

A certeza do que sei, do que sou.

(M. J. G. P, 14/08/2000)

(Dedico este trabalho a minha mãe (*in memórian*))

Foi tua mão que encontrei....

.....estendida quando realmente precisei de um amigo.

Foram teus olhos que fitei, quando senti-me só.

Tuas palavras me orientaram, mostrando o caminho correto,

Que eu não encontrava.

Teu sorriso consolou-me

Sua força interior era tudo que eu precisava.

Espero retribuir sua generosidade, de toda alma e coração.

Fico feliz por pertencer ao seu círculo de amizades,

E quero sinceramente dizer-lhe que:

Você é uma pessoa muito Especial!

(Site Lilian poesias)

(Para, Ta, Gu, Vô, Alexandre, Jaque e Kaci)

AGRADECIMENTOS

No mundo não construímos nada sozinhos, e isso ficou muito claro para mim na elaboração deste TCC. Gostaria com muito carinho agradecer algumas pessoas que fizeram parte desta minha caminhada até aqui.

Primeiramente à minha mãe, fonte de inspiração, respeito, carinho, coragem, determinação, otimismo e fé. Eu te amo. A Deus (índiferente das religiões ou de sua forma), que sempre esteve comigo iluminando o meu caminho, mesmo eu sendo uma pessoa de pouca fé.

À minha pequena/grande família, a minha irmã Tamara (Ta) pelo incentivo, pelo carinho, pela preocupação, alguém a quem admiro. Ao Gu, meu cunhado, pela força, a demonstração de carinho nas horas difíceis, pelas “biritas” e pelo sorriso contagiante. Ao meu querido sobrinho Jonathan, pelos abraços, os beijinhos, a fala engraçada e todo o carinho dispensado. Sem vocês seria impossível terminar este trabalho. Amo vocês!

Aos amigos, Vô, Alexandre, Leco e Tiriri. Ao Vô e ao Alexandre, por estarem comigo em todos os momentos difíceis de minha vida, me apoiando, me escutando, me mostrando o caminho para a solução, enfim, não tenho palavras para agradecer vocês. Ao Leco e Tiriri, por estarem comigo no princípio da minha caminhada no processo do vestibular e fazerem parte desta conquista, fiquem com Deus, onde vocês estiverem.

Aos grandes amigos: Kacilene (o que seria do Tico sem o Teco?), Jaqueline, dedicada, companheira, leal, sem seu apoio seria impossível terminar este trabalho; M^a Lúcia, pelo cuidado e companheirismo, Graciano, Sibebe, Fê e Chico, Nei, Renata, Batista, Juliana, Cris, Nipa, Kátia, e tantos outros que só vieram trazer alegrias a esta minha caminhada. E a todos os colegas da “Facul”, que de uma forma ou de outra me ajudaram a chegar até aqui. Aos grandes profissionais, Márcia Fiates, aos psicólogos Kendra, Lilian e seu Daniel, muito obrigado por todo apoio e aconselhamento, sou eternamente grata.

À minha orientadora Prof^a Daiana, com quem eu tive o privilégio de conviver, uma pessoa dedicada, atenciosa, preocupada, democrática, enfim, um ser humano raro. À Prof^a Vera que prontamente aceitou fazer parte da minha banca, a quem eu também só tenho que agradecer. À minha supervisora de campo Iassana, que aceitou a minha causa, quando parecia impossível uma vaga de estágio por conta de meu horário de trabalho; sempre democrática, sempre nos instigando a aprender: nunca vou esquecer-me de seu apoio!

Aos amigos que fiz no Lar Fabiano de Cristo, Samira, Val, Fabi, Tay, obrigada pelo carinho, pela ajuda (quantas dicas, quantos “galhos quebrados”) quantas risadas! Imensa saudade! A amizade de vocês é muito importante para mim. Obrigada a todos da instituição!

Aos Ribeiro Ferreira. Em especial à Dona Priscila, que instigou em mim o desejo de estudar, e foi me mostrando o caminho, sinto saudade de nossas conversas. À Nina pelo carinho e Callu. À Dona Débora por ter me auxiliado na entrada para o Ensino Médio e Dona Maria do Carmo pelos ensinamentos. Principalmente pela atenção dada à minha mãe e a mim.

A todos os profissionais da BU, (assistentes administrativos e bibliotecários) pela atenção dispensada, a gentileza, educação e os serviços prestados. Nunca saí da biblioteca, sem uma resposta ou pelo menos a insistente procura pela mesma.

À alguns mestres em especial: à Prof^a Rita de Cássia pelo carinho; ao Prof^o Helder, pelos ensinamentos para toda a vida profissional; à Prof^a Eliete pela dica do estágio, ao Prof^o Itamar e Rafael (CFH) que me fizeram ver a política e a história dos negros por outro prisma; e à querida Rosana Gaio, uma pessoa maravilhosa, um anjo, alguém sempre disposta ajudar, MUITO OBRIGADA.

E por favor, me perdoem a quem eu tenha esquecido!

TODOS JUNTOS (Os Saltimbancos)
(Composição: Enriquez—Baldotti-Chico Buarque)

*Todos juntos somos fortes
Somos flechas e somos arcos
Todos nós no mesmo barco
Não há nada pra temer
-Ao meu lado há um amigo
Que é preciso proteger
Todos juntos somos fortes
Não há nada pra temer
[...]
Esperteza, Paciência
Lealdade, Teimosia
E mais dia menos dia
A lei da selva vai mudar...
[...]
E no mundo dizem que são tantos
Saltimbancos como somos nós.*

PEREIRA, Maria Júlia Gaia. **AS FAMÍLIAS INSCRITAS NOS PROGRAMAS DO LAR FABIANO DE CRISTO – UPI ARNALDO SÃO THIAGO:** seus motivos e suas formas de organização sociofamiliar durante a permanência na instituição, 2010. 56 fls. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Serviço Social) – Departamento de Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo apresentar o trabalho desenvolvido no Lar Fabiano de Cristo – UPI Arnaldo São Thiago referente às famílias inscritas nesta instituição, tendo como objeto de estudo identificar quais foram os motivos que levaram o grupo pesquisado, isto é, as seis famílias que permaneceram na instituição durante cinco anos, entre 2003/2004 até 2009, a procurar os programas e projetos oferecidos por esta instituição e em paralelo buscar identificar se e como esses programas auxiliaram tais famílias em sua organização sociofamiliar durante a permanência das mesmas nesta organização não-governamental. Para tanto, optou-se por um estudo de caráter documental e exploratório, onde buscou-se conhecer o contexto das famílias pesquisadas, através da análise dos prontuários e posterior aplicação de entrevista. Através da análise dos dados concluiu-se que os motivos que levaram as famílias a procurarem a UPI-Arnaldo São Thiago foi a inserção de seus filhos na Educação Infantil e nos projetos oferecidos. Entretanto, durante as entrevistas foi demonstrado que os motivos que os trouxeram até a instituição foram atendidos juntamente com outras necessidades sociais básicas apresentadas pelos mesmos, necessidades estas que estavam além do motivo explícito de participarem dos programas oferecidos pela instituição em tela.

Palavras-chave: terceiro setor; famílias; satisfação das necessidades sociais.

LISTA DE SIGLAS

| | |
|--------|--|
| BID | Banco Interamericano de Desenvolvimento |
| BM | Banco Mundial |
| CAPEMI | Caixa de Pecúlios, Pensões e Montepios Beneficente |
| CC | Código Civil |
| CNAS | Conselho Nacional de Assistência Social |
| DCCE | Desenvolvimento Criativo e Apoio Escolar |
| FASFIL | Fundações Privadas e Associações Sem Fins Lucrativos |
| FMI | Fundo Monetário Internacional |
| IBGE | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística |
| JUVA | Juventude em Ação |
| LFC | Lar Fabiano de Cristo |
| LOAS | Lei Orgânica da Assistência Social |
| ONGS | Organizações Não-Governamentais |
| OSCIP | Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público |
| PNAS | Política Nacional de Assistência Social |
| PQV | Plano de Qualidade de Vida |
| SIP | Sistema de Informações Promocional |
| SUAS | Sistema Único de Assistência Social |
| UNESCO | Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura |
| UPI | Unidade de Promoção Integral |

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

| | |
|---|----|
| GRÁFICO 1: Pessoas inscritas nos programas referentes às 200 famílias inscritas no ano de 2010 | 28 |
| GRÁFICO 2: Motivo dos desligamentos das Famílias dos programas - anos 2009 e 2010..... | 31 |
| TABELA 1: Faixa etária das pessoas inscritas na UPI- Arnaldo São Thiago, ano 2010 | 29 |
| TABELA 2: Número de filhos por famílias entrevistadas e nível de escolaridade dos mesmos, 2010 | 36 |
| TABELA 3: Trabalho e Renda das familiares entrevistadas | 39 |

Sumário

| | |
|---|----|
| INTRODUÇÃO..... | 10 |
| 1. O TERCEIRO SETOR | 13 |
| 1.1 A INSTITUIÇÃO LAR FABIANO DE CRISTO..... | 23 |
| 1.2 LAR FABIANO DE CRISTO – UPI ARNALDO SÃO THIAGO..... | 26 |
| 2.0 A REALIDADE SOCIAL DAS FAMÍLIAS ATENDIDAS NO LFC - UPI ARNALDO SÃO THIAGO..... | 33 |
| 2.1 PERFIL DAS FAMÍLIAS PESQUISADAS | 33 |
| 2.2 FAMÍLIAS ENTREVISTADAS: MOTIVOS DA PROCURA PELA INSTITUIÇÃO E A ORGANIZAÇÃO SOCIOFAMILIAR DURANTE A PERMANÊNCIA NO LFC..... | 41 |
| ALGUMAS CONSIDERAÇÕES | 47 |
| REFERÊNCIAS | 49 |
| APÊNDICES | 53 |
| APÊNDICE I..... | 54 |
| APÊNDICE II..... | 55 |

INTRODUÇÃO

Este Trabalho de Conclusão de Curso é fruto do período de Estágio Curricular Obrigatório I e II, que foi realizado de 01 de setembro de 2009 a 07 de julho de 2010. O estágio foi desenvolvido na instituição Lar Fabiano de Cristo (LFC) – UPI Arnaldo São Thiago, no bairro Monte Cristo¹.

Na disciplina de Supervisão Pedagógica de Estágio Curricular Obrigatório I, fez-se necessário a construção de um Projeto de Intervenção para a aplicação no campo de estágio, sendo que a execução do mesmo aconteceu no Estágio Curricular Obrigatório II, durante semestre de 2010/1.

A ideia sobre a pesquisa surgiu de uma sugestão da supervisora de campo que veio ao encontro com as inquietações da estagiária em identificar quais foram os motivos que levaram as famílias pesquisadas a procurarem os programas oferecidos pela instituição LFC. Em paralelo buscou-se identificar de que forma esses programas auxiliaram ou não tais famílias em sua organização sociofamiliar durante a permanência na instituição.

Assim, o objeto da presente pesquisa é o trabalho desenvolvido pela instituição Lar Fabiano de Cristo e seus resultados com relação às famílias atendidas pela mesma.

Para a elaboração da presente pesquisa, optou-se pela realização de quatro atividades específicas. A primeira atividade proposta foi conhecer o contexto das famílias inseridas no LFC – UPI Arnaldo São Thiago, local onde se deu a realização do referido estágio curricular, que acessaram a instituição entre os anos de 2003/2004 e que foram desligadas por tempo limite na instituição no ano de 2009. Esta atividade foi efetuada através da análise dos prontuários destas famílias. Após o resultado desta análise foi efetuada a segunda atividade proposta, sendo esta a elaboração de entrevistas para com as famílias que foram desligadas, foi então construído um roteiro de perguntas (em anexo) para entrevista semi-estruturada. De acordo com Neto (2002):

¹ Em todo o conteúdo do presente trabalho, ao descrever sobre o Lar Fabiano de Cristo (LFC) estarei referindo-me à UPI Arnaldo São Thiago, unidade esta localizada na cidade de Florianópolis, local onde realizei meu Estágio Curricular Obrigatório, exceto no item 1.1, onde trato da Instituição Lar Fabiano de Cristo em âmbito nacional.

A entrevista é o procedimento mais usual no trabalho de campo. [...] Ela não significa uma conversa despreocupada e neutra, uma vez que se insere como meio de coleta dos fatos relatados pelos atores, enquanto sujeitos-objeto da pesquisa que vivenciam uma determinada realidade que está sendo focalizada. [...] Em geral, as entrevistas podem ser estruturadas e semi-estruturadas. [...] Assim, torna-se possível trabalhar com a entrevista aberta ou não-estruturada, onde o informante aborda livremente o tema proposto; bem como as estruturadas que pressupõem perguntas previamente formuladas. Há formas, no entanto, que articulam essas duas modalidades, caracterizando-se como entrevistas semi-estruturadas (NETO, 2002, p.57-58).

Conforme acima citado, a metodologia escolhida para o desenvolvimento desta pesquisa foi a aplicação de entrevistas com perguntas abertas, constituindo-se em pesquisa quanti-qualitativa e exploratória. Conforme Minayo (2002) o “conjunto de dados quantitativos e qualitativos, não se opõem, ao contrário, se complementam, pois a realidade abrangida por eles interage dinamicamente, excluindo qualquer dicotomia”. A pesquisa qualitativa difere-se, pois tem, em sua investigação uma ótica sobre o “mundo dos significados das ações e relações humanas”, que não pode ser quantificado. (MINAYO, 2002, p. 22).

A pesquisa exploratória é habitualmente usada quando se opta por um tema que é pouco estudado, sendo difícil, desta maneira, propor hipóteses com exatidão ou funcionalidade, porém, tendo “como objetivo desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias [...] o produto final deste processo passa a ser um problema mais esclarecido, passível de investigação mediante procedimentos mais sistematizados” (GIL, 1995, p.43).

Após o roteiro pronto, a terceira atividade foi a realização do contato telefônico com as famílias, verificando se as mesmas estariam de acordo em participar da pesquisa para, assim, marcar dia e horário para as visitas domiciliares. Foi solicitado a todos os participantes que aceitaram fazer parte da pesquisa que assinassem um termo de consentimento (em anexo) para que o resultado da pesquisa fosse utilizado, porém seus nomes seriam preservados.

Entrar em contato com as famílias foi um processo difícil, visto que algumas famílias já não possuíam telefone para contato. Desta forma, os contatos foram estabelecidos por intermédio de alguns parentes destas famílias que tinham filhos no LFC, e solicitamos que as mesmas, se possível, comparecessem à instituição.

Devido a dificuldade de receberem visitas em função de seus horários de trabalho optou-se por realizar as entrevistas na própria instituição, sendo apenas uma realizada na residência da mesma.

A quarta atividade foi a aplicação das entrevistas às famílias e, por fim realizou-se a análise dos dados.

Todas as atividades acima citadas foram realizadas entre os meses de março a junho de 2010, sendo que as entrevistas foram realizadas no mês de maio, e todas acompanhadas pela supervisora de campo e aplicadas pela estagiária.

Tal pesquisa se faz relevante no momento em que se verifica um crescimento dos serviços prestados, vinculados à assistência social no Brasil², que estão sendo oferecidos pelo Terceiro Setor, fortalecendo a já existente desresponsabilização do Estado perante o oferecimento de tais serviços, garantidos pela Constituição Federal de 1988 como direitos sociais.

O presente trabalho se divide em duas seções principais. Na primeira apresentamos um resgate teórico sobre a categoria terceiro setor, por entender que a mesma está diretamente vinculada ao trabalho desenvolvido na instituição pesquisada, e também, resgate histórico sobre a referida instituição. Na segunda parte apresentamos o perfil das famílias pesquisadas, bem como fragmentos das falas dos entrevistados, que, de certa forma, conseguiram responder ao problema de pesquisa proposto.

Após a finalização deste Trabalho de Conclusão de Curso o mesmo será devidamente compartilhado com a instituição pesquisada a fim de que os resultados aqui encontrados possam subsidiar novas práticas institucionais com intuito de fortalecer os serviços e programas prestados na referida instituição.

² Esses dados podem ser confirmados na pesquisa realizada em 2006 apresentada pelo IBGE sobre As entidades de Assistência Social Privadas sem fins lucrativos no Brasil. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/fasfil/2005/fasfil.pdf>>. Acesso em 20 de outubro de 2010

1. O TERCEIRO SETOR

O terceiro setor é tema de debate e estudo de vários autores no país, porém, é possível observar que conceituar este termo é difícil e complexo, tanto pela extensão de organizações que compõem estes grupos como pelas funções que exercem. Segundo Albuquerque (2006) as organizações da sociedade civil que englobam o chamado terceiro setor que temos hoje, são uma criação dos séculos XX e XXI, entretanto na Europa, América do Norte e América Latina, os movimentos associativos têm sua origem nos séculos XVI e XVII, com o cunho inicialmente religioso ou político.

Conforme o mesmo autor as expressões, “terceiro setor”, e “organizações sem fins lucrativos” utilizados no Brasil para denominar as organizações da sociedade civil, vêm do inglês, *third sector e nonprofit organizations*, termos estes predominantes nos Estados Unidos. Para Simões (2009, p.456) “passou-se a denominar de terceiro setor o conjunto de atividades não estatais ou governamentais constituído de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos”. Já para Fernandes (1997) *apud* Figueiró (2001, p.79)

O Terceiro Setor é composto por organizações sem fins lucrativos, criadas e mantidas pela ênfase na participação voluntária, num âmbito não-governamental, dando continuidade às práticas tradicionais da caridade, da filantropia e do mecenato e expandindo o seu sentido para outros domínios, graças, sobretudo à incorporação do conceito de cidadania e de suas múltiplas manifestações na sociedade civil.

Montaño (2002), numa perspectiva crítica, acredita que o terceiro setor é um fenômeno real, inserido na e produto da reestruturação do capital pautada em princípios neoliberais que seguem valores como: solidariedade, voluntariado, auto-ajuda e ajuda mútua. O referido autor ainda complementa que o terceiro setor, na operacionalização de suas atividades, acaba abarcando em um mesmo grupo, sujeitos com interesses e necessidades sociais diversos, por vezes, contrários e até contraditórios, não conseguindo visualizar e atingir a particularidade de cada usuário. Assim, os autores³ que discutem sobre o terceiro setor o entendem e o dividem como: organizações não-lucrativas e

³ Conforme Montaño (2002), dentre os referidos autores, destaca-se: Fernandes (1994); Gohn (1998); Coelho (2000).

organizações não-governamentais (ONGs, movimentos sociais, organizações e associações comunitárias); instituições de caridade, religiosas, atividades filantrópicas (fundações empresariais, filantropia empresarial e empresa cidadã); ações solidárias, ações voluntárias; e atividades pontuais e informais.

Para Gomes (1999) o terceiro setor atua em diferentes áreas, voltadas para finalidades de assistência social, educação, saúde, cultura, meio ambiente, segurança alimentar e nutricional, defesa de direitos, promoção da ética, da paz, da cidadania, da democracia, combate à pobreza, entre outros. A partir de 1990, é possível perceber uma expansão da atuação do terceiro setor no Brasil. Entretanto, é preciso assinalar que, as ONGs que ganharam espaço nos anos 90 não são as mesmas dos anos 70/80. Estas últimas eram politizadas e articuladas “chamadas de ONGs cidadãs, contribuindo no processo da queda do regime militar político e para a transição democrática no país” (GOHN, 1998, p. 13).

Segundo Gonh (1998) as ONGs latino-americanas a partir dos anos 90, passaram por uma grave crise financeira, pois suas agências patrocinadoras deixaram de apoiar o trabalho de base junto às igrejas, para voltar-se para a redemocratização do Leste europeu. Com isso, a escassez de recursos dos organismos internacionais ou de seus critérios de mudança de diretrizes, fez com que as ONGs sentissem a necessidade de gerar recursos próprios ou buscar apoio financeiro do Estado. Assim, segundo a mesma autora,

Junto com a crise das ONGs cidadãs militares dos anos 80, emergem no cenário nacional outros tipos de entidades, próximas do modelo norte-americano non-profits, articuladas às políticas sociais dos anos 90, dentro do espírito da filantropia empresarial, atuando em problemas cruciais da realidade nacional (...). Estas entidades não se colocarão contra o Estado como as da fase anterior, originárias de movimentos e mobilizações. Estas entidades querem e buscam a parceria com o Estado. As novas entidades autodenominam-se como Terceiro Setor (GOHN, 1998, p.15).

Assim o terceiro setor, coexiste com o Estado (primeiro setor) e com o mercado (segundo setor), e os mesmos se diferem do terceiro setor porque, o Estado não é de natureza privada e o mercado visa lucro e proveito pessoal de seus atores, contudo se dedica à concessão de fins públicos (NILES, 2007).

Com o propósito de fortalecer e estimular o crescimento do terceiro setor no Brasil foi instituído leis, da qual abordaremos de forma breve as que consideramos serem as mais

relevantes para este trabalho. As instituições que englobam o terceiro setor são regidas pelo Código Civil, Lei nº 10.406/02, com as incorporações das Leis nº 10.825/03 e 11.127/05. (OAB/SP, ano p.9).

Para Biagi (2006) a legislação brasileira sobre o terceiro setor, passou por diversas mudanças, sendo que a mesma é relativamente nova, estabelecendo e classificando as entidades que têm direito a se enquadrar na denominação de sem fins lucrativos de interesse público, ou no termo atual, sem fins econômicos. Segundo o mesmo autor, pelo Código Civil (CC) só é permitido juridicamente duas formas de entidade: as associações e as fundações, outras denominações como instituição, instituto, organização não-governamental (ONG), são termos utilizados no âmbito do terceiro setor para a designação de uma fundação ou associação.

As associações, (art.5º, XVIII a XXI da CF e arts. 53 a 61 e 2.031 CC) são a união de pessoas físicas ou jurídicas ou os dois, ordenadas pelos seus respectivos estatutos, com o intuito de proporcionar determinados interesses sociais não lucrativos, entre eles; religiosos, sindicais, partidários, cooperativistas, de pesquisa, políticos, filantrópicos, assistenciais, esportivos, artísticos, etc. As fundações (arts. 62 a 69 e 2.031 CC) são instituições de direito privado, sem fins econômicos, nomeada pelo Estado ou pessoa particular, mediante um dote de bens livres, que ficam ligados a uma determinação específica, por meio de testamento, escritura pública ou lei (RAFAEL, 1997 *apud* SIMÕES, 2009).

Em 1916, surge a primeira lei que regulamenta as entidades sem fins lucrativos. (COELHO, 2000). Em 28 de agosto de 1935, a Lei Federal nº 91, declara ser de utilidade pública todas as sociedades civis, associações e fundações, desde que as mesmas sirvam desinteressadamente à coletividade. Sendo após “regulamentada pelo Decreto nº 50.517/61” (BIAGI, 2006, p193).

Na seqüência seguiram outras leis como, a nº 8.742/93, a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) que estabelece as competências do Conselho de Assistência Social, normatizando as ações públicas e privadas na área da Assistência Social. O Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) determina os critérios para a concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, assim como a Resolução nº 117 de 2000 do CNAS que firma o processo necessário à concessão deste certificado (NILES, 2007).

Conforme Simões (2009) as organizações da sociedade civil com a implantação do

Sistema Único de Assistência Social (SUAS), começam a fazer parte de um sistema de natureza pública, sendo que esta inserção é pressuposta na Constituição de 1988 e na LOAS. Está previsto na Política Nacional de Assistência Social (PNAS), que é responsabilidade do Estado, tornar único os esforços sociais para a composição de uma rede, que desfaça as práticas de auxílio fragmentadas e parciais, lutando por direitos que se estabeleçam de uma forma qualitativa e integral, que possam estar sendo avaliados.

Entretanto, apesar de a LOAS e o CNAS já estarem instalados e funcionando o governo do então presidente Fernando Henrique Cardoso, criou paralelamente o Programa Comunidade Solidária, por Medida Provisória nº 813/95, que tinha como objetivo em seu art. nº 12, “coordenar ações governamentais visando o atendimento de parcela da população que não dispõe de meios para prover suas necessidades básicas, em especial o combate à fome e à pobreza”. Também foi criado um conselho consultivo, formado por ministros dos estados e representantes da sociedade civil, designados pelo Presidente da República (COUTO, 2004).

Do ponto de vista da integração ministerial, tão pouco comum nesta área, a proposta é considerada avançada, mas como ela foi feita na vigência da Lei Orgânica da Assistência Social, supõe-se que o governo estava pouco interessado em cumprir os preceitos legais (COUTO, 2004, p.179).

Para Montaño (2002) este processo faz parte da substituição da lógica presente na LOAS e na Constituição Federal pela lógica do Programa Comunidade Solidária, que repassa a responsabilidade estatal dos serviços sociais para o mercado ou o terceiro setor.

Já em 1998, são regulamentadas duas novas leis sobre o terceiro setor. A Lei nº 9.608, que consta em seu art. 1º, Parágrafo único: “sobre o serviço voluntário para a pessoa física, para qualquer instituição pública ou privada, sem fins lucrativos, sendo o mesmo sem remuneração, vínculo empregatício e ou previdenciário”. Os voluntários assinam um Termo de Adesão, deixando claro que seu serviço prestado à mesma é gratuito (BIAGI, 2006).

A Lei nº 9.637/98, em seu art.1ª qualifica como organizações sociais sem fins lucrativos, que tenham atividades dirigidas ao ensino, pesquisa científica, desenvolvimento tecnológico, ao meio ambiente, à cultura e a saúde. Em seu art.11, diz que para os efeitos legais, as entidades que qualificarem-se como organizações sociais serão declaradas como instituições de interesse social e utilidade pública.

A Lei nº 9.790/99, regulamentada pelo Decreto nº 3.100 de 30/06/99. (Simões, 2009 p.390) é conhecida como “o marco legal do terceiro setor” ou lei das OSCIP's. Esta lei em seu art. 1º diz que, qualifica pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs), e em seus artigos 9º e 10º, firma o Termo de Parceria, constituindo entre o Estado e essas entidades, assim como instituem entre as partes, suas responsabilidades, direitos e obrigações.

Em 2010 é publicado no Diário Oficial da União, nova resolução e decreto sobre as entidades de assistência social. A Resolução nº 16, de 05/05/10 determina os parâmetros nacionais de inscrição das instituições de assistência social, assim como projetos, programas e serviços nos Conselhos de Assistência Social tanto dos municípios como do Distrito Federal. Já o Decreto nº 7.237, de 20/07/10, regulamenta a Lei nº 12.101 de 27/11/09 que dispõe sobre o processo de concessão de certificado de entidades beneficentes de assistência social como a isenção de contribuições à seguridade social.

Segundo Gomes (1999) as leis que regularizam as ações do terceiro setor e da filantropia, apesar de diferentes e paralelas têm algo em comum, elas estabelecem as relações entre Estado/Sociedade ou parcerias e suas ações no campo das políticas públicas e de acesso às ONGs aos recursos públicos. Segunda a mesma autora, vivemos em tempos de reforma do Estado, e este processo indiscutivelmente reduz o papel do mesmo no que se refere às políticas públicas.

A sociedade global, a partir de 1970, vem sofrendo mudanças intensas nas relações de trabalho e nos processos produtivos. Essas transformações estão vinculadas às alterações no padrão de industrialização fordista, consolidado no pós-guerra nas sociedades capitalistas. As respostas oferecidas pelo capital diante desta crise estrutural foram a reestruturação produtiva e o neoliberalismo, produzindo mudanças no mundo do trabalho, como: o desemprego estrutural, o emprego formal e a precarização do trabalho, entre outros (GUIMARÃES, 2002).

Os anos 70 marcaram o início de uma crise estrutural que se caracterizou, principalmente, pela queda na taxa de lucro causada pelo aumento do preço da força de trabalho, resultante das lutas entre capital e trabalho dos anos 60, pelo desemprego estrutural que se iniciava, causando uma retração do consumo que o modelo taylorista/fordista mostrou-se incapaz de solucionar, pela crise do Estado do bem-estar social e do aumento das privatizações, dados pela crise fiscal do Estado capitalista (ANTUNES, 1999 *apud* PERES, 2004 p.3).

O Welfare State ou Estado de Bem-Estar Social constituiu-se de políticas econômicas e sociais, através de mudanças na legislação trabalhista e de medidas de proteção social, ao mesmo tempo em que aumentava a produção e o consumo dos trabalhadores.

O chamado pacto fordista-keynesiano tornou-se um dos principais pilares, que integrou melhorias nas condições de vida e trabalho ao operariado. É importante destacar a inexistência do Welfare State no Brasil, apesar de que, na década de 40 algumas políticas de proteção social foram criadas, as mesmas só foram redefinidas na década de 80, com as bases formais e legais, na Constituição Federal de 1988, do que poderia ser entendido como uma espécie de Estado de Bem-Estar Social (MOTA, 2009).

É necessário entendermos que a crise do capital expressa inicialmente com a alta do preço do petróleo em 1973 e da reestruturação geral do capital, como resposta (econômica e política) à crise esta particularmente ligada a (contra) – reforma do Estado no Brasil. Montaño (2002). Assim entre as décadas de 70 e 80 desenvolve-se uma crise fiscal no Estado que é entendida, segundo diferentes perspectivas, como resultado do aumento do trabalho informal, perda de arrecadação do Estado, evasão fiscal, elevados gastos (sem retorno) com políticas sociais, entre outros. Entretanto, para Montaño, o fundamento desta crise fiscal na verdade, está inserida no “uso político e econômico que as autoridades, representantes de classe, têm historicamente feito em favor do capital (e até em proveito próprio) (...) hiperfaturamento de obras, resgates de empresas falidas, corrupção, clientelismo político” (MONTAÑO, 2002, p.216).

Segundo Lindner (1999) esta crise efetivada no final da década de 70 é decorrente de problemas no modelo econômico do pós-guerra, sendo este resultado de uma profunda recessão que gerou taxas baixas de crescimento com alto índice de inflação. É possível perceber um redimensionamento do papel do Estado, em relação ao financiamento das políticas sociais públicas, pois a situação crítica internacional de escassez de recursos fiscais começa a imprimir ao Estado um papel regulador ao mesmo tempo transformando-o em um Estado Mínimo, diminuindo consequentemente os gastos públicos com políticas sociais.

A Inglaterra com Margareth Thatcher, foi um dos países pioneiros a implementar medidas neoliberais, na sequência em 1980 foi a vez do Estados Unidos no governo Ronald Reagan, posteriormente dissipado em outros países da Europa.

No Brasil, enquanto a década de 80 é marcada por um “pacto social” entre diversos setores democráticos, pressionados por amplos movimentos classistas (que levou à Constituição de 88), os anos 90 representam o contexto do desenvolvimento mais explícito da hegemonia neoliberal, onde até setores da esquerda resignada e possibilista sucumbem aos “encantos” ou às pressões do Consenso de Washington (MONTAÑO, 2002, p.36).

O Consenso de Washington realizou-se em novembro de 1989, neste encontro, foram avaliadas reformas econômicas para a América Latina, com grupos de financiamento internacional de Bretton Wood; Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e com economistas latino-americanos e funcionários do governo (MONTAÑO, 2002). Esse encontro vem determinar políticas de caráter estrutural como a privatização, liberalização comercial e financeira e a redução do papel do Estado, juntamente a este processo estão as novidades tecnológicas (informática, eletrônica, etc.) e as mudanças produtivas e organizacionais no mundo do trabalho (NOGUEIRA; PFEIFER, 2003).

A partir da década de 90, seguindo os ditames do Consenso de Washington para a América Latina, é inserida a Reforma do Estado no Brasil, iniciando este processo nos governos de Fernando Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso. A Reforma do Estado ou a chamada “crise do Estado” trouxe em seu bojo o desemprego em massa, trabalhadores subcontratados ou terceirizados, redução de postos de trabalho e enfraquecimento dos sindicatos, etc. Entretanto no governo do presidente FHC em 1995, inicia-se de uma forma mais incisiva o processo de Reforma do Estado através das propostas do ex-ministro Bresser Pereira, do Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE) que reduz as funções do Estado e o desregulamenta, em contraponto, amplia a liberdade do capital para o seu projeto neoliberal (DUARTE, 2005).

O governo, através da Reforma do Estado, empreende uma ofensiva contra os direitos sociais assegurados pela Constituição de 1988, ao mesmo tempo em que os culpabiliza pela crise econômica do país. Entre as providências tomadas pelo processo da Reforma do Estado estão, “a desregulação da economia e a flexibilização de legislação do trabalho, a diminuição dos gastos públicos, a privatização das empresas estatais, a abertura do mercado aos investimentos transnacionais, dentre outras medidas,” (SILVA, 2001, p.3).

Foram definidas então, quais seriam as funções exclusivas do Estado e as do mercado, dividindo da seguinte forma; para o Estado ficariam as funções de legislação, regulação, julgamentos, policiamento, fiscalização e a definição de políticas e a sua

fomentação. Já os serviços sociais e científicos deverão ser financiados pelo Estado, porém serão prestados por organizações não estatais (SILVA, 2001.)

Contudo, atribui-se ao Estado parte da crise do capital, sendo o Estado entendido como inepto ou ineficaz, assim semeando a ideia da necessidade de sua não existência, criando uma, “dicotomia entre 'público' e 'privado', caracterizando-se por público tudo o que é ineficiente, aberto ao desperdício e à corrupção, e por privado a esfera da eficiência e da qualidade” (SIMIONATTO, 2001, p.34).

Conforme Santos (2007) nos últimos vinte cinco anos o aumento do empobrecimento da população, do desemprego e da violência, fazem parte das mudanças do movimento de produção e financeirização do sistema capitalista no Brasil e em toda América Latina, com cortes de gastos e leilões de empresas públicas para o pagamento das dívidas externa e interna e manifestam-se através da regulação do mercado sobre o Estado.

Os governos dos grandes centros capitalistas, que administram os organismos financeiros credores dos países de terceiro mundo, são quem decidem se mantêm ou excluem empréstimos “necessários” aos mesmos. Assim os países credores delimitam critérios econômicos, “que indicam em quê investir, como investir, quando investir e quanto investir nas políticas sociais locais, de forma a intervir diretamente nas condições de vida da população” (SANTOS, 2007, p.126).

O Estado é, hoje, capitalista e do capitalismo, e não independe do sistema socioeconômico e político que o criou. O Estado moderno é, na verdade, uma criação do mesmo projeto instaurador da ordem burguesa, é parte do processo que colocou os proprietários dos meios de produção no controle do poder político-econômico (MONTAÑO, 1999, p.48-49).

A implicação da redução do papel do Estado na área social tem apresentado consequências sérias em relação ao agravamento da questão social, do descaso com o aumento da miséria e da pobreza da população brasileira, fortalecendo e justificando a ideia de transferência das ações de responsabilidade do Estado para o terceiro setor (DUARTE, 2005).

Desta forma, segundo Figueiró (2001) constitui-se o “novo associativismo” que surgiu na década de 90 tendo seu fundamento nas diversas concepções de “terceiro setor”. Este se desenvolveu num campo público não-estatal, do qual fazem parte as organizações da sociedade civil, que escolherem entrar no espaço político do Estado através de cooperação com o mesmo, com o mercado e outros setores da sociedade, que possam

realizar atividades que deem sustentação às políticas públicas (ou ausência delas) no auxílio às classes vulnerabilizadas. O “terceiro setor” tem como política adotada, partindo da seguinte regra,

[...] de que através da integração entre os setores econômicos, políticos e entidades civis sem fins lucrativos é possível criar condições efetivas para a superação dos problemas sociais que atingem grande parte da sociedade brasileira (FIGUEIRÓ, 2001, p.74).

Para Gonh (1999) o terceiro setor caracterizou-se como área estratégica na economia e as ONGs se apresentam com um crescimento que é um fenômeno mundial. As ONGs se transformaram numa imensa rede de organizações privadas autônomas, sem fins lucrativos, que mobilizam o voluntariado e estão localizadas à margem do Estado. Essas organizações estão, no final do século XX, intimamente ligadas às mudanças tecnológicas e sociais por atuarem na área da economia informal e administrarem milhares de empregos, assim como, na economia formal por demandas terceirizadas das próprias empresas ou em cooperativas de produção em parceria com programas públicos.

Segundo Montañó (1999) para cobrir o vazio que o novo Estado minimizado deixou na previdência, assistência e nos serviços sociais, os mesmos foram transmitidos à sociedade civil e iniciativa privada, seguindo os dois caminhos da remercantilização e refilantropização. A remercantilização dos serviços sociais, por serem lucrativos transforma-se em mercadorias transferidas aos trabalhadores como outra forma de lucro sobre o próprio trabalhador/consumidor. Já a refilantropização das respostas à “questão social”, se dá com a população sendo atendida por uma assistência estatal (precária e focalizada) e não tendo condições, muitas vezes, de acessar os serviços privados (caros). Assim, é repassada para a sociedade civil a iniciativa de atender aos usuários excluídos, através de ações caritativas e filantrópicas, providas pelo terceiro setor.

Uma pesquisa publicada em 2008 pelo IBGE verificou que em 2005, existiam 338 mil Fundações Privadas e Associações Sem Fins Lucrativos (FASFIL) que representavam 5,6% do total de entidades pública e privada em todo o país. O Estado deixou a responsabilidade de atendimento aos segmentos sociais vulnerabilizados para a sociedade civil, no caso o Terceiro Setor. Vivemos numa sociedade em que a má distribuição de renda cria a desigualdade social e, com esta o desemprego, a fome, a falta de oportunidades e a exploração social.

Conforme Santos (2007) as organizações sociais do terceiro setor, cada vez mais, estão cuidando de demandas específicas de segmentos sociais vulnerabilizados, que deveriam ser contempladas pelo Estado, porém o mesmo se exime de implantar políticas sociais que atendam uma população pauperizada, que possui limites de acesso a bens e serviços sociais disponíveis. Entretanto, segundo Simões (2009, p. 449), “na concepção do Estado Democrático de Direito, nem o Estado, nem a sociedades civil são dois mundos paradisíacos.” O mesmo autor complementa:

Na sociedade civil está o melhor e o pior da sociedade: os empreendimentos da produção e circulação de bens, as forças do mundo do trabalho, os movimentos civis, mas também o capital predatório, a máfia e o narcotráfico. É um lugar de disputa de hegemonia pelo poder. O Estado, por outro lado, também não é um ente abstrato e vazio de boas intenções e sim a unificação e a constituição desses interesses, que adquirem então natureza pública, em certas condições do chamado pacto social. Reflete o vetor dominante do quadro de forças e interesses sociais, configurando-se, assim, como o pior ou o melhor dos mundos, conforme reflita, ou não, os interesses coletivos (SIMÕES, 2009, p. 449).

Podemos perceber através do que já foi apresentado até aqui, que tanto o Estado como o terceiro setor e a própria sociedade civil, são temas amplos, complexos e contraditórios. Na próxima seção apresentaremos a instituição pesquisada enquanto organização não-governamental e uma das suas Unidades de Promoção Integral (UPI) situada em Florianópolis, universo da presente pesquisa para o Trabalho de Conclusão de Curso.

1.1 A INSTITUIÇÃO LAR FABIANO DE CRISTO

O Lar Fabiano de Cristo foi fundado em 08 de janeiro de 1958, é uma associação para fins não econômicos, prestadora de assistência social de âmbito nacional (ESTATUTO LFC, 2009).

Seus princípios são baseados na Doutrina Espírita. Sua denominação foi em homenagem a Frei Fabiano de Cristo, frade franciscano que serviu no Convento Santo Antonio no Rio de Janeiro de 1705 até seu falecimento em 1747. Lá trabalhou como porteiro e após um tempo passou para o cargo de enfermeiro, dedicou sua vida no convento ao cuidado aos enfermos e necessitados. A proposta inicial dos criadores Carlos Torres Pastorino e de Jaime Rolemberg de Lima, entre outros idealizadores da entidade, era “acolher de 6 a 10 crianças em casas, onde ficariam aos cuidados de pais de adoção que pudessem dispensar-lhes atenções individualizadas, como se filhos fossem” (LAR FABIANO DE CRISTO, 2009). Assim, a partir desta meta o trabalho foi sendo concretizado.

Em 1960, para que a instituição pudesse manter suas atividades e atendimento às famílias, era necessária uma fonte de recursos, foi então criada a Capema (Caixa de Pecúlio Mauá). Posteriormente passou a chamar-se Capemi (Caixa de Pecúlios dos Militares ou Caixa de Pecúlios, Pensões e Montepios - Beneficente) e conforme o seu estatuto, “venderia serviços de assistência às famílias dos associados e parte do dinheiro arrecadado seria investido na manutenção do Lar Fabiano de Cristo” [...] Desta forma Exército, Marinha e Aeronáutica autorizavam o desconto da contribuição em folha de pagamento” (CAPEMI, 2009).

Em 2008, a Capemi tornou-se Grupo Capemi - Instituto de Ação Social e continuou como mantenedora do Lar Fabiano de Cristo e da Casa Velho Assistencial e Divulgadora (CAVADI). Assim fazem parte do Grupo Capemi às empresas, Capemisa- Vida e Previdência S/A, SALUTAR SAÚDE e a CONAPP SEGUROS, sendo estas as principais fontes de recursos para os programas e projetos do Lar Fabiano de Cristo. Além dessas empresas a entidade mantém convênios e parcerias com instituições privadas e públicas, como as prefeituras dos municípios aonde se localizam as Unidades de Promoção Integral (UPI) e também recebe doações de pessoas físicas e jurídicas (CAPEMI, 2009).

O Lar Fabiano de Cristo desenvolveu seu atendimento em assistência social a partir das suas 64 UPI, ligadas em rede à sede (Unidade Central) no Rio de Janeiro. Em 2009, através dos programas e projetos da instituição foram atendidas 9.904 famílias, 49.796 co-participantes e 2.615 idosos (RELATÓRIO INSTITUCIONAL 2009).

Seu trabalho com as famílias esta pautada na Política Nacional de Assistência Social (PNAS) bem como o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e com as demais políticas públicas vigentes, visando o direito à proteção social.

A missão da instituição é promover integralmente famílias em situações de exclusão social, através do enfrentamento das causas que produzem as situações de miséria material, social, moral e espiritual, contribuindo para o seu equilíbrio. Sua visão até 2013 é tornar-se referência nacional na atividade de promoção integral de famílias em situação de miséria. Seu modelo de atenção social as famílias foi levado a outros países e em 2003 foi reconhecida como órgão consultor da UNESCO. Ao longo do tempo, desenvolveu suas técnicas no processo de inclusão social, sendo que atualmente

O Lar Fabiano de Cristo atua no sentido de amparar as famílias em extrema pobreza, mobilizando-a para o fortalecimento dos vínculos de integração criança-família-sociedade, tendo em vista os princípios de que 'a vida em família é a mais alta expressão de civilização' e que 'nenhuma criança deverá ser retirada do lar apenas por motivo de pobreza (Lar Fabiano de Cristo, 2009).

O Lar Fabiano de Cristo disponibiliza às famílias co-participantes orientação em valores universais e seus fundamentos institucionais que se baseiam na: fraternidade, democracia, família, autotranscendência, consciência social, reforma íntima e a caridade. Para o melhor atendimento às famílias, foram criadas cinco faixas de assistência que consistem em: 1ª Faixa: Colocação Familiar em Lares Substitutos; 2ª Faixa: Abrigos Provisórios; 3ª Faixa: Promoção Integral da Família; 4ª Faixa: Apoio Emergencial e 5ª Faixa: Promoção Integral do Idoso. (LAR FABIANO DE CRISTO, 2009)

Assim, cada unidade do Lar Fabiano de Cristo realiza seus atendimentos baseado nas faixas acima citadas. A Inclusão Social é desenvolvida nas UPIs através do Plano de Qualidade de Vida (PQV) que é elaborado com as famílias co-participantes para que as mesmas possam construir sua trajetória e seu projeto de mudança. As famílias permanecem inscritas na UPI no prazo máximo de cinco anos, podendo ser feito seu desligamento antes por: alcance de objetivos, impossibilidade de participação ou desinteresse.

São oferecidos os Programas de Apoio Socioeducativo, de Orientação Sociofamiliar e Promoção Integral ao Idoso, com seus respectivos subprogramas estruturados para atender às diferentes necessidades das faixas etárias, que serão mais bem explicados na próxima subseção. A partir de 2009 o Lar Fabiano de Cristo desenvolveu o Sistema de Informação Promocional (SIP), este é um sistema informatizado de registro dos dados das famílias atendidas pela instituição, nele é possível acompanhar o desempenho dos inscritos. Em princípio este sistema foi implementado no Sul, Sudeste e Nordeste do país (RELATÓRIO INSTITUCIONAL 2009).

1.2 LAR FABIANO DE CRISTO – UPI ARNALDO SÃO THIAGO

O Lar Fabiano de Cristo em Santa Catarina possui duas unidades, uma em Itajaí, UPI Rodolpho Bosco e uma em Florianópolis, localizada no bairro Monte Cristo, a UPI Arnaldo São Thiago. O nome da instituição localizada em Florianópolis foi dado em homenagem ao jornalista e advogado catarinense Arnaldo São Thiago, nascido em 1866 e falecido em 1958. Este foi divulgador da Doutrina Espírita em Santa Catarina e no Rio de Janeiro onde também residiu (HISTÓRIA DA UPI, 2009).

A UPI Arnaldo São Thiago iniciou suas atividades em 16 de fevereiro de 1974, caracterizada como Entidade Beneficente de Assistência Social pelo Conselho Nacional de Assistência Social, declarada de Utilidade Pública Municipal, Estadual e Federal.

As estratégias e ações do LFC – UPI Arnaldo São Thiago tem por objetivo atender famílias que estão passando por dificuldades econômicas e sociais. Geralmente um membro da família procura a instituição, neste momento é esclarecido que todos os integrantes da família serão atendidos - os quais a instituição nomeia de coparticipantes. Os mesmos recebem esta denominação da instituição por está entender que todos os membros da família coparticipam do propósito de mudança da qual a família deseja alcançar. A família será convidada a participar dos grupos sociais, reuniões e outras atividades realizadas pela instituição. É entregue uma relação de documentos que a família deverá apresentar para a realização do cadastro⁴.

Já com a documentação entregue na instituição a família passa pelas seguintes etapas: entrevista, abertura de um prontuário, visita domiciliar para reconhecimento da realidade social e também para convidar a participar do Seminário de Adaptação, que tem por objetivo apresentar o trabalho da UPI, seus programas e projetos.

Após este momento é agendada a data e horário para realização do Plano de Qualidade de Vida das famílias (PQV). O PQV é um conjunto de ações, planejado juntamente com a família participante, para o alcance de seus objetivos, buscando assim transformar sua realidade social. Sendo que o atendimento ao idoso segue a mesma forma

⁴ Documentos para cadastro das famílias: cópias do Registro Geral, Cadastro de Pessoa Física, Carteira de Trabalho, Título de Eleitor, Certificado Militar, Certidão de Nascimento, Cartão de Vacina para menores de 5 anos e Comprovante de Residência.

descrita acima. Assim os objetivos da instituição para as famílias e o grupo de idosos atendidos são estes:

- Promover integralmente famílias em situação de exclusão social, através do enfrentamento das causas que produzem as situações de miséria material, social, moral e espiritual, contribuindo para o seu equilíbrio;
- Atendimento integral às famílias, recebendo seus membros em todas as faixas etárias.
- Acolher e envolver em atividades educativas crianças de 2 a 5 anos - Educação Infantil em período integral.
- Desenvolver atividades Socioeducativas com crianças e adolescentes - 6 a 17 anos;
- Desenvolver atividades de apoio pedagógico, atividades físicas e artísticas, contribuindo para a diminuição da evasão e fracasso escolar;
- Propiciar atividades que contribuam de forma efetiva no crescimento/ desenvolvimento físico e psicológico das crianças e adolescentes atendidos por esta entidade;
- Desenvolver atividades que possibilitem a interação e ao mesmo tempo em que crianças e adolescentes consigam vislumbrar novas perspectivas para suas vidas;
- Promover os adolescentes, jovens e adultos das famílias inscritas através de grupos sociais reflexivos e operativos, cursos profissionalizantes, inclusão produtiva, geração de renda, atendimentos especializados, encaminhamentos, palestras e outros (LAR FABIANO DE CRISTO, 2009).

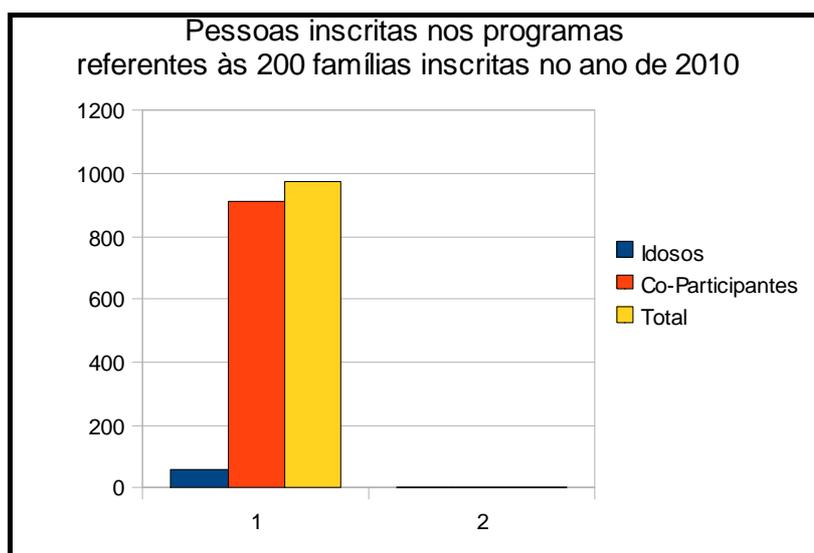
A instituição é formada por uma equipe multidisciplinar: supervisora institucional, auxiliares administrativas, pedagoga, professoras e monitoras de classes, assistente social, psicóloga e as educadoras sociais, conta também com uma equipe de apoio formada por: estagiárias, voluntárias e monitoras de curso profissionalizante, cozinheira e serviços gerais. Dentre os profissionais acima citados, alguns são coparticipantes da UPI, ou seja, são membros de famílias assistidos pelo LFC.

O profissional do Serviço Social atua diretamente no atendimento as famílias e idosos na perspectiva do direito á proteção social básica dando suporte aos demais programas e projetos da instituição. As famílias procuram o Setor Social na perspectiva de auxílios variados (cesta básica, vale transporte, gás) assim como também sobre orientações

de direitos sociais diversos dos quais as famílias tenham dúvidas de que forma possam acessá-los, como por exemplo, acesso ao Programa Bolsa Família, medicamentos de alto custo entre outros. Todos os atendimentos são registrados preservando o sigilo profissional e dos usuários.

De acordo com o gráfico abaixo, verifica-se que foram atendidas no ano de 2010, 200 famílias compostas por 914 coparticipantes (94,13%) e 57 idosos (5,87%), com projetos de atenção integral (Projetos e Programas da Instituição) atendendo o complexo do Monte Cristo, que na sua grande maioria é formada por famílias de segmentos sociais vulneráveis⁵.

Gráfico 1: Pessoas inscritas nos programas referentes às 200 famílias inscritas no ano de 2010



Fonte: PEREIRA, Maria Julia Gaia. Elaborado em 20 de novembro de 2010

Os atendimentos acima citados são realizados a partir das faixas que seguem. A Promoção Integral da Família (3ª faixa). Esta faixa tem como objetivo principal ações voltadas ao atendimento às necessidades sociais, econômicas e valores universais para todo o grupo familiar. O Apoio Emergencial (4ª faixa) procura atender pessoas que necessitam

⁵ Conforme Mioto (1997, p. 17) segmentos sociais vulneráveis são “as crianças e adolescentes, os idosos, os portadores de deficiências, as mulheres. Aqueles que estão associados ao termo vulnerabilidade. Este termo, originário da área dos Direitos Humanos é utilizado para designar grupos ou indivíduos fragilizados, jurídica ou politicamente, na promoção ou garantia de seus direitos de cidadania.

de auxílios eventuais como alimentos, remédios entre encaminhamentos sociais diversos e a Promoção Integral ao Idoso (5º faixa) da assistência aos idosos e seus familiares em vulnerabilidade social com ações socioeducativas (LAR FABIANO DE CRISTO, 2009).

Na tabela nº 1 que segue abaixo, podemos verificar o número de pessoas inscritas por faixa etária e sexo, sendo que pode se observar um número maior de procura por atendimento a crianças na faixa etária de 00 a 12 anos e 11 meses (187 crianças do sexo masculino e 172 do sexo feminino). É possível perceber que entre os adultos e os idosos de 18 até de 64 anos (3ª faixa) 237 são mulheres para 152 homens inscritos e acima de 65 anos na (5ª faixa) são 57 mulheres para 11 homens inscritos, existindo assim maior presença feminina.

Em relação à idade observou-se que do total de 914 coparticipantes inscritos na instituição, 359 são crianças (39,28%), 98 são adolescentes (10,72%), 389 são adultos de 18 até 64 anos (42,56%) e 68 são adultos acima de 65 anos (7,44%). Sendo que o número de inscritos é maior na faixa etária compreendida entre 18 e 64 anos

Tabela 1: Faixa etária das pessoas inscritas na UPI – Arnaldo São Thiago, ano 2010

| Faixa etária das pessoas atendidas pela UPI São Thiago | Sexo Masc. | % | Sexo Fem. | % | Total | % |
|---|-----------------------|----------|----------------------|------------|--------------|------------|
| Crianças (00 até 12 anos e 11 meses) | 187 | 46,98% | 172 | 33,33 % | 359 | 39,28 % |
| Adolescentes (13 anos até 17 anos e 11 meses) | 48 | 12,06% | 50 | 9,69% | 98 | 10,72% |
| Adultos (18 anos até 64 anos – 3ª faixa) | 152 | 38,19% | 237 | 45,93% | 389 | 42,56% |
| Idosos (acima de 65 anos – 3ª e 5ª faixa) | 11 | 2,76% | 57 | 11,05% | 68 | 7,44% |
| TOTAL | 398 | | 516 | | 914 | |

Fonte: PEREIRA, Maria Julia Gaia. Elaborado em 20 de novembro de 2010

Desta forma, para atender as diversas demandas apresentadas pelas famílias a UPI Arnaldo São Thiago, foi desenvolvido o Programa de Apoio Socioeducativo e o Programa de Orientação Sociofamiliar (modelo padrão do LFC). O primeiro tem como objetivo atender os coparticipantes principalmente crianças e adolescentes que necessitam de um atendimento específico. São oferecidas atividades que estimulam o desenvolvimento linguístico, psicomotor, socioafetivo e de aprendizagem, enfatizando-se as artes, o esporte,

o enriquecimento cultural, a autonomia e o protagonismo juvenil (LAR FABIANO DE CRISTO, 2009).

Já o segundo tem como meta a promoção integral da família, com a participação da mesma nas atividades oferecidas: Apoio às Necessidades Básicas, Cidadania e Educação e Acompanhamento Social. Entre elas estão os cursos profissionalizantes, o apoio sócio educativo e os grupos sociais (LAR FABIANO, 2009).

Os grupos sociais são espaços de reflexão sobre diversos assuntos conforme a demanda apresentada pelos grupos. Estes encontros acontecem de forma semanal, quinzenal ou mensal, foram divididos em: **Afeto**: as relações familiares entre os pais, filhos e o casal; **Ciranda**: assuntos sobre educação, educação dos filhos; **Entrevista**: acompanhamento mensal as famílias que trabalham, sem horário livre para participar dos grupos; **Felicidade**: reunião semanal do grupo de idosos para momentos de reflexão, artesanato e passeios; **Reviver (gestante/Nutriz)**: palestras com assuntos sobre amamentação, cuidados com a mãe e o bebê, assim como confecção de peças para o enxoval dos nenês com material reciclado; **Participar**: assuntos relacionados à comunidade, o que a comunidade pode oferecer as famílias e o grupo **Terapia Comunitária**: momento de reflexão e troca de experiências entre os participantes.

Os subprogramas do Apoio Socioeducativo têm suas atividades desenvolvidas da seguinte forma, **Educação Infantil**: atendimento a crianças de 02 á 05 anos, **Desenvolvimento Criativo e Apoio Escolar (DCCE)** atendimento a crianças de 06 a 11 anos e **Juventude em Ação (JUVA)** - atendimento a adolescente de 12 a 17anos.

O Centro de Inclusão Produtiva é um subprograma que contempla os cursos profissionalizantes e o de Geração de Renda. Esse programa é oferecido às famílias coparticipantes da instituição assim como outros moradores da comunidade. Os tipos de cursos ofertados mudam uma vez por ano ou por semestre, sendo que nos anos de 2009 e 2010 eram estes: Culinária, Chinelos Decorados, Crochê, Bordado Manual, Cabeleireiro, Manicure e Pedicure.

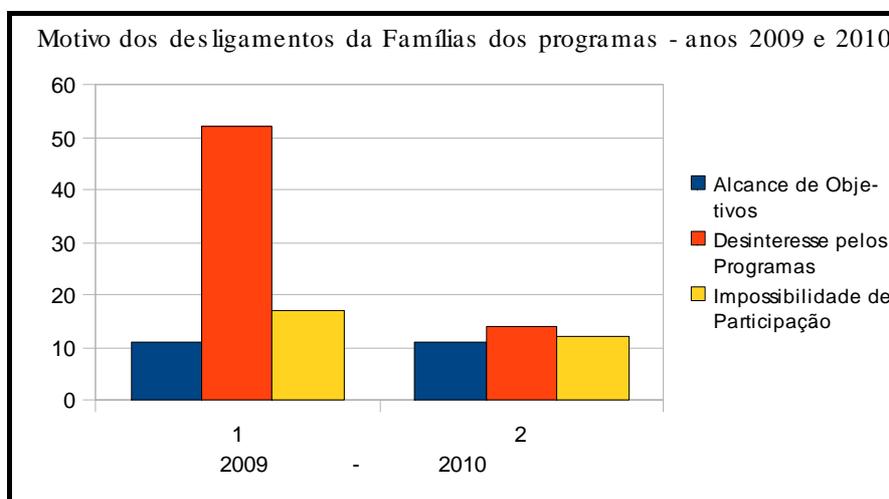
A Geração de Renda é um subprograma formado por um grupo de mulheres que trabalham com a produção de bolsas. Estas reúnem-se na instituição para a confecção de bolsas com material oferecido pela entidade, após a venda das bolsas, geralmente em feiras ou por encomendas, parte do lucro é repassado para as mesmas. Na conclusão de cinco anos de participação das famílias na instituição, as mesmas são desligadas.

No final deste tempo limite de permanência na instituição o setor de Serviço Social convoca as famílias para um diálogo de forma a esclarecer para as mesmas sobre o desligamento dos programas aos quais estavam vinculadas. O desligamento pode acontecer antes por: alcance de objetivos, impossibilidade de participação ou desinteresse.

Com relação aos itens acima citados sobre os motivos de desligamento das famílias aos programas, faz-se relevante esclarecer o que cada um significa, conforme o entendimento da instituição em tela. O alcance de objetivos está vinculado ao que a família se propõe a alcançar no seu PQV, como por exemplo; conseguir um emprego, tendo um período entre três a cinco para atingir tal propósito. A impossibilidade de participação pode ser por mudança de bairro ou de estado e por fim o desligamento por desinteresse que acontece quando a família não comparece mais a instituição, seja pelo motivo da não participação nos grupos ou de reuniões quando convocados.

No gráfico 2 abaixo, podemos observar o número de famílias desligadas e os motivos de desligamento entre os anos de 2009 e 2010.

Gráfico 2: Motivo dos desligamentos das Famílias dos programas - anos 2009 e 2010.



Fonte: PEREIRA, Maria Julia Gaia. Elaborado em 20 de novembro de 2010

Observamos que, tanto no ano de 2009 como de 2010, foram desligadas 11 famílias por alcançarem seus objetivos, houve uma diminuição consideravelmente no número de famílias desligadas em 2010 por desinteresse e impossibilidade de participação, sendo que o número de famílias desinteressadas em 2009 eram 52 e em 2010 foram 14 famílias.

Esta diminuição aconteceu através do trabalho do Setor Social junto às famílias, explicando a importância das mesmas participarem das reuniões quando convocadas, assim como dos grupos. Esta conscientização para com as famílias tem como intenção mostrar que a participação destas na instituição é imprescindível para que possam ter conhecimento do cotidiano dos filhos, do aprendizado dos mesmos na Educação Infantil ou nos Programas e Projetos oferecidos Pelo LFC. Muitas vezes estas famílias mudam de endereço ou telefone sem comunicar a instituição dificultando o acompanhamento destas por parte da instituição. Este trabalho acontece em reuniões com os grupos familiares no último sábado de cada mês.

2. A REALIDADE SOCIAL DAS FAMÍLIAS ATENDIDAS NO LFC – UPI ARNALDO SÃO THIAGO

Esta seção tem como objetivo traçar o perfil das seis famílias entrevistadas, atendidas pelo Lar Fabiano de Cristo - UPI Arnaldo São Thiago no período de cinco anos. Através dos relatos buscaremos conhecer o contexto e os motivos que levaram estas famílias a buscar a instituição e identificar de que forma os programas oferecido contribuíram na organização sociofamiliar.

2.1 PERFIL DAS FAMÍLIAS PESQUISADAS

O conceito de família, ao longo da história, vem se transformando e se reconfigurando de acordo com o contexto social, econômico e cultural de grupos sociais. Entende-se ser importante, para a apresentação do perfil das famílias entrevistadas, elucidar tal conceito de forma a situar as análises que serão elaboradas ao final desse trabalho. Conforme Sarti (1999) *apud* Baptista *et.al.*(2008, p. 15), família

[...] é o lugar onde se ouvem as primeiras falas com as quais se constrói a auto-imagem e a imagem do mundo exterior. É onde se aprende a falar e, por meio da linguagem, a ordenar e dar sentido às experiências vividas. A família, seja como for composta, vivida e organizada, é o filtro através do qual se começa a ver e a significar o mundo. Este processo que se inicia ao nascer prolonga-se ao logo de toda a vida, a partir de diferentes lugares que se ocupa na família.

Sobre o entendimento de que a família ocupa lugar indispensável para a construção do ser e que é a partir dessa construção que o indivíduo se expressa ao outro, ao mundo, também é relevante destacar que o contexto social e econômico em que esta família está inserida, influenciará diretamente em suas condições de responder ao exterior seu comportamento social e sua interação com seus membros. A partir da referida elucidação, trazemos para a apresentação o perfil das famílias pesquisadas

As famílias atendidas residem no Complexo do Monte Cristo, localizado no município de Florianópolis. Este é constituído pelas seguintes comunidades: Pasto do

Gado, Santa Terezinha I, Santa Terezinha II, Panorama, Promorar, Novo Horizonte, Chico Mendes, Nossa Senhora da Glória e Nova Esperança.

Das seis famílias pesquisadas, que fazem parte do universo pesquisado, três são chefiadas por mulheres, uma por um homem e duas pelo casal. Segundo o Censo de 2000, em 1991 (ano do penúltimo censo), observou-se que mulheres chefes de famílias sem cônjuge e com filhos passaram de 14,9% em 1991 para 17,3% em 2000, sendo que casais com filhos diminuiu, passando de 65,3% em 1991 para 61,1% em 2000.

Para os homens enquanto chefes de famílias, o Censo não apresenta porcentagem, mais apresenta os números gerais que são de homem sem cônjuge com filhos que em 1991 era de 503.986 passou para 762.869 em 2000. Podemos observar, tanto para o chefe de família mulher como para o homem, um aumento neste modelo de arranjo familiar (CENSO 2000).

De acordo com a fala dos entrevistados cinco deles moram em casa própria e apenas uma de aluguel. Conforme Gonçalves (2000), a moradia é uma necessidade básica, entretanto, haja vista o empobrecimento crescente de determinadas parcelas da população, a aquisição da casa própria torna-se quase inacessível devido ao seu alto custo, a falta de políticas públicas habitacionais e às questões burocráticas.

Assim, uma considerável parcela da população paga aluguel, mora em casas ou terrenos cedidos ou invadidos. Segundo a mesma autora há um contraste histórico em que, “as expressões da questão da moradia, tais como, o déficit de construções, as péssimas condições habitacionais, [...] o alto valor dos aluguéis, estão relacionados ao contexto social e refletem as determinações econômicas, sociais e políticas” (GONÇALVES, 2000, p.2). Podemos observar esta realidade na fala das famílias que seguem a baixo

“A minha casa é própria, o terreno a prefeitura me cedeu, mais a casa está muito ruim, precisa ser reformada, mais eu não tenho dinheiro para reforma. (F2)

“Meu apartamento é alugado, com luz, água e condomínio da R\$ 500.00 reais. (F3)

“Moro nas casas da Prefeitura, minha casa tem dois quartos, uma cozinha e um banheiro são no Chico Mendes. Ali é bom de morar só que é ruim para as crianças, fica tudo perto e às vezes brigam, mas eu gosto de morar ali. (F5)

Quase todos os entrevistados moram em residência própria, sejam elas residências do Projeto Habitar Brasil ou não, sendo que uma família mora de aluguel, porém esta no processo da aquisição da casa própria pela Caixa Econômica Federal no projeto “Minha casa, Minha vida”⁶. Todos os entrevistados têm em média de 25 a 40 anos, destes seis, três não completaram o Ensino Fundamental, uma tem o Ensino Fundamental Completo, uma o Ensino Médio e outra não foi alfabetizada. Uma das entrevistas, fala de sua emoção em concluir o Ensino Médio:

“... Aí resolvi levantar minha cabeça voltei a estudar, aí fiz amizade com todo mundo aqui. Eu tinha parado na 8ª série. Aí eu comecei a estudar ali na Chico Mendes, era Educação para Jovens e Adultos, aí terminei a 8ª série. Aí fui fazer o supletivo no Pero Vaz de Caminha, o Ensino Médio, que eu fiz em dois anos. Me formei ,levei minha mãe, foi bem emocionante, porque a minha mãe não tinha feito parte dessas coisas de formatura. Minha mãe teve dez filhos, e eu naquela idade me formando. Foi bem emocionante, foi bem legal.(F4)

Já outra entrevistada deixa claro em sua fala o desejo que tinha e que ainda tem de estudar, porém explica os motivos de não poder satisfazer tal desejo:

Eu gostaria mesmo era de aprender a ler e escrever! Só que só tem a noite, de dia não tem. Se os grandes (filhos) ficassem comportados eu até ia, mas não vão [...] Eu queria aprender a ler e escrever e arrumar um emprego para melhorar. Eu não estudei, eu morava aqui embaixo, meu pai não parava em lugar nenhum estava toda vida se mudando. Então quando eles me colocavam no colégio eu já saía e daí não aprendia nada. (F5)

Na próxima tabela, podemos observar que das 21 crianças e adolescentes provenientes das famílias pesquisadas, 20 estão matriculadas em creches, Escolas de Ensino Fundamental e Médio, sendo que apenas uma entrevistada não conseguiu vaga na creche para sua filha, como podemos observar na família F5. Na fala das entrevistadas (os) é possível perceber a importância que as (o) mesmas (o) atribuem ao fato de seus filhos estarem matriculados na escola:

⁶ Minha Casa Minha Vida: Programa do governo federal, em parcerias com estados e municípios e empresas que vai construir 1 milhão de novas casas e apartamentos para população. Disponível em <http://www1.caixa.gov.br/popup/home/popup_home_9.asp>. Acesso em 20 de outubro de 2010.

Tabela 2: Numero de filhos por famílias entrevistadas e nível de escolaridade dos mesmos, 2010.

| Famílias | Nº de filhos | Creche | Cursando Ens. Fund. | Cursando Ens. Médio |
|--------------|--------------|----------|---------------------|---------------------|
| F1 | 2 | | 2 | |
| F2 | 4 | 1 | 3 | |
| F3 | 2 | 1 | 1 | |
| F4 | 3 | | 2 | 1 |
| F5 | 6 | 2 | 3 | |
| F6 | 4 | 4 | | |
| Total | 21 | 8 | 11 | 1 |

Fonte: PEREIRA, Maria Julia Gaia. Elaborado em 20 de novembro de 2010

“Eu já disse para eles: - Se vocês não estudam quem vai se “arrombar” são vocês, porque já basta eu, não quis estudar na época, agora quem esta sofrendo sou eu.(F1)

“... Eu acho que tem que estudar, eu dou estudo para eles, eu cobro muito, sempre cobreí. Eu digo: Têm deveres, vamos sentar para fazer. Tem que “botar” coisinha na cabecinha deles boa, para eles já vim crescendo com aquilo ali. (F3)

É possível perceber na fala das famílias a preocupação das mesmas que seus filhos estejam estudando, assim como se comprova na tabela três, onde todos (exceto um por falta de vaga) estão matriculados em creches ou escolas. Esta certeza fica mais evidente quando perguntamos se os mesmos, após seu desligamento da instituição, matricularam seus filhos em outros projetos, todos sem exceções responderam que sim, apenas um entrevistado disse que, de seus quatro filhos, apenas um não havia conseguido vaga, conforme os fragmentos abaixo:

“O meu pequeno está em período integral na creche e o outro está na escola de manhã e no CEDEP (Centro de Educação e Evangelização Popular) à tarde. É um projeto bom, muito educativo [...] Lá no projeto tem oficina, ele mexe no computador melhor que eu, “é uma figura” Eu também fui criada em escola e projeto, a minha mãe trabalhava direto. [...] Eu dou o espelho para eles, que é eu e meu marido, [...]. A gente

conversa bastante com eles. Essas coisas de droga, de pedofilia, quando passa na televisão eu mostro: - Tá vendo,[...], não pode aceitar carona de ninguém. Tem uma pessoa que eu pago, ela leva para escola, da escola leva para o projeto e do projeto para casa dela e espera o meu marido chegar. Ele não vai sozinho no mundo que está hoje em dia. O ano que vem eu vou tá pagando uma Topic, porque e dois para escola e projeto, não vou ter como.(F3)

“Sim, lá no Jardim Atlântico é um projeto que saiu faz pouco tempo, eu só fico com ela (do colo). Eles jogam bola, cantam, fazem um pouco de tudo (risos). E do lado de casa, eles entram uma hora e saem às quatro e meia. Lá eles aprendem bastante coisas e eles não se importam de ir no sábado. [...] Os pequenos estão na creche e o outro está em outro projeto. Tem uma que está na fila da creche. (F5)

Um problema que se evidenciou durante a pesquisa documental e também nas entrevistas foi o envolvimento de alguns membros das famílias com drogas. Nas comunidades que compõem o Complexo do Monte Cristo o tráfico de drogas é uma terrível realidade que causa, cotidianamente, certo receio por parte das famílias entrevistadas de seus filhos se envolverem com drogas, assim conforme os fragmentos abaixo citados:

“Ontem eu vinha vindo do serviço, a gente que é mãe corta o coração, eu vi um menino um pouco menor do que o meu “fumando pedra” sentado. Por isso eu me sacrifico, o sonho dele (filho) era ter um Play, dei de presente de Natal, estou pagando, o dela(filha) era uma bicicleta fiz em dez vezes, estou pagando. Tudo para não mexe no que e dos outros, não entrar no mundo das drogas. (F1).

Durante a entrevista com a família F1, quando perguntado se existia alguém da família que faz uso de álcool ou outro tipo de droga, a entrevistada confirma o envolvimento de seu irmão mais novo e seu marido, já falecido, o que pode-se entender como elemento potencializador de seu medo. Nos fragmentos abaixo é possível perceber problemas efetivos e econômicos em relação ao uso de drogas por membros das famílias e como este afeta a convivência entre os mesmos.

“Meu ex-marido foi internado, ele mesmo procurou, nós éramos evangélicos na época e a igreja conseguiu a internação para ele, mais não adiantou de nada. Aí me separei dele da primeira vez por causa disso, aí ele ficou melhor, aí tive uma recaída, sabe, (sorri envergonhada) aí tentamos mais uma vez, aí eu tive mais um filho, depois ele caiu nas drogas de novo eu me separei dele de vez. (F2)

“Eu tenho um irmão que usa droga, ele roubou todo material para o concerto da casa da minha mãe. Além do que o Lar me deu também o que eu já tinha comprado, aí desmanchamos a casa, não tinha mais o que fazer, já tinha vendido tudo, dar uma “camaçada de pau” não ia adiantar. (F3)

“Meu ex-marido. Tentei ajudá-lo a sair do vício, [...] ele esta morando lá em casa. Ele toma bebida de álcool, ele fuma maconha às vezes não se contenta “cheira pedra”, ele está abatido. Quando esta fissurado se eu não do R\$ 5,00 reais para ele toda a noite, ele não deixa ninguém dormir, ele vai dez vezes ao banheiro, liga a televisão e faz barulho e larga a porta. Esta bem complicado, só ele mesmo é que tem que melhorar. Ele já fumava maconha lá no Paraná, eu saí de lá devido a ele [...] Aí saímos de lá, ficamos um ano e meio aqui e ele já começou a aprontá. Aí ele conheceu mulheres por aí e me deixou, no momento que eu mais precisava dele. [...] Eu digo para ele - o que você quer para você, aí ele desconversa, [...] Mais eu assim, eu estou me preparando, porque também não posso ficar esperando muito tempo não. O E tá rapaz, se eles se pegam dentro de casa, pai e filho, né. “O que a gente vê nessas reportagens, no jornal, pai mata filho, filho mata pai”, devido às drogas. É eu não vou querer isso na minha família. (F4)

Outro elemento de estudo desta pesquisa foi o trabalho e a renda familiar estes foram itens importantes expressos durante as entrevistas, pois a partir de suas respostas foi possível perceber as formas de organização sociofamiliar de cada uma, isto é, como as questões econômicas e sociais estão sendo acessadas por essas famílias. A partir da tabela 6 - Trabalho e Renda foi possível visualizar quais das famílias estão trabalhando de carteira assinada, e se sua renda é mensal ou semanal, visto que tais famílias já estavam desligadas dos programas oferecidos pela instituição.

Tabela 3: Trabalho e Renda das famílias entrevistadas

| Famílias | Carteira Assinada | Trabalho informal | Renda Mensal |
|----------|-------------------|-------------------|--------------|
| F1 | x | | R\$ 650,00 |
| F2 | | x | R\$ 300,00 |
| F3 | x | | R\$ 1.800,00 |
| F4 | | x | R\$ 600,00 |
| F5 | | x | R\$ 1.000,00 |
| F6 | x | | R\$ 240,00 |

Fonte: PEREIRA, Maria Julia Gaia. Elaborado em 20 de novembro de 2010

Assim, através da tabela acima constatamos que, dos seis entrevistados, três trabalham sem carteira assinada. Sendo que estes trabalhadores informais ou autônomos ficam sem o auxílio dos direitos trabalhistas, entre eles a proteção de possíveis doenças, acidentes, a ter férias e a futura aposentadoria. Assim também, outro problema inerente aos trabalhadores está em seus baixos salários, pois o que recebem não é o suficiente para o sustento de sua família e por esse motivo, precisam fazer trabalhos extras como se evidencia na fala abaixo:

“Na minha carteira é R\$ 546.00, mais como eu ganho salário de técnica é R\$ 650.00, com os descontos da R\$ 600,00 reais. Desse R\$ 600,00 reais eu pago água, comida, material, roupa, calçado, luz eu não pago. Então eu sobrevivo do meu salário e dos plantões extra, [...] Só o salário não dá, só de supermercado é R\$ 300,00 a R\$350.00 reais. Semana passada eu fiz quarenta e duas horas “diretasso”, da clínica, para o hospital, do hospital para clínica. Eu estava assim “pregada” eu não aguentava mais, mas tudo para agora final do mês receber [...] e bota na minha conta. (F1)

“Eu recebo R\$ 300,00 reais por mês. [...] Eu trabalhava de carteira assinada, mais hoje não trabalho mais. Eu estou trabalhando numa casa de doméstica até consegui outro serviço que pague melhor. Eu trabalhava numa firma de limpeza, era de carteira assinada, só que eu trabalhava nos sábados e eu não tinha com quem deixar as crianças. (F2)

“Eu trabalho com montagem e desmontagem de evento, festa, a mais ou menos um ano e meio estou fazendo bico, [...] Tem vezes que dá, tem vezes que não dá. Mais não é uma coisa muito certa, às vezes trabalha uma semana, já na outra não tem nada, não é este negócio de segunda a sexta. [...] Minha profissão mesmo e zelador, só que já trabalhei de pedreiro. Mais essa semana mesmo eu vou, [...] numa firma de limpeza de rua é aqui em São José, de carteira assinada, [...] Acho que vou receber uns R\$ 600,00 reais de salário, vou trabalhar de segunda a sexta, de limpa rua, capinar, das 08:00 às 17:00 horas.(F6)

Conforme os depoimentos coletados acima, podemos verificar que os entrevistados convivem com outros problemas, como a incerteza de estar empregado, sendo esta uma dificuldade vigente no trabalho informal, assim, também como não ter com quem deixar seus filhos para que possa trabalhar, optando por empregos com baixos salários ou sem carteira assinada como relato da família F2. Segundo Yasbek (1999) “Temos hoje na sociedade brasileira um contingente crescente de [...] desempregados, explorados, homens divididos entre o reconhecimento do peso e da exploração de sua força como trabalhador e a busca da sobrevivência e da ascensão pelo trabalho” (YASBEK,1999, p.100)

2.2 FAMÍLIAS ENTREVISTADAS: MOTIVOS DA PROCURA PELA INSTITUIÇÃO E A ORGANIZAÇÃO SOCIOFAMILIAR DURANTE A PERMANÊNCIA NO LFC

Segundo pesquisa realizada por Pereira (2000) sobre as necessidades humanas, foi constatado que todo ser humano, indiferente de sua cultura ou do lugar onde vive, tem necessidades básicas em comum e fundamentais que precisam ser atendidas para que se possa desenvolver uma vida humana digna. Para esta autora as necessidades básicas estão pautadas na saúde física e na autonomia, pois, “sem a saúde física os homens estarão impedidos de viver [...] e ter autonomia não é só ser livre para agir como bem se entender, mas acima de tudo, é ser capaz de eleger objetivos e crenças, valorá-los e sentir-se responsável por suas decisões e por seus atos” (PEREIRA, 2000, p. 69 e 71).

Entretanto, a mesma autora comenta que há uma imensa variedade de “satisfadores” (*satisfiers*), caracterizados em serviços, atividades, entre outros, entendidos como, “satisfadores universais” ou “necessidades intermediárias” que foram classificadas em onze itens, sendo nove referentes à todas as pessoas e duas exclusivas para as mulheres e as crianças, conforme segue abaixo:

- a) Alimentação nutritiva e água potável; b) habitação adequada; c) ambiente de trabalho desprovido de riscos; d) ambiente físico saudável; e) cuidados de saúde apropriados; f) proteção à infância; g) relações primárias significativas; h) segurança física; i) segurança econômica; j) educação apropriada; k) segurança no planejamento familiar, na gestação e no parto (PEREIRA, 2000, p.76).

Conforme acima citado podemos perceber que para o ser humano, suprir suas necessidades intermediárias é algo imprescindível. Entre as necessidades primárias relevantes para as famílias entrevistadas está a matrícula de seus filhos na educação infantil ou nos projetos que complementam seus horários antes e/ou após as aulas. Tal matrícula só foi alcançada após os mesmos encontrarem a instituição, como observamos pelo relato da família três, que necessitou ir até o Conselho Tutelar, já que havia esgotado suas tentativas de conseguir vaga nas creches públicas para seu filho. A seguir apresentam-se as falas de alguns entrevistados sobre a procura pela instituição:

“as tias e as irmãs do meu marido tinham os filhos delas aqui. Aí eu resolvi vir aqui para vê se conseguia colocar os meus. Meu marido estava envolvido com drogas e eu não tinha com quem deixa os meus filhos para trabalha, aí depois eu me separei dele, faz dois anos. (F2)

“Eu estava fazia um ano e pouco atrás de creche, para o meu filho mais velho e não conseguia em lugar nenhum. Eu estava grávida quase “ganhando outro”, aí eu fui ao Conselho e este me encaminhou para cá, ai eu vim conversar com outra Assistente Social que atendia [...] o Conselho mandou um relatório para o Lar dizendo que realmente eu precisava da vaga. Automaticamente em um ou dois dias foram na minha casa e ele já começou na instituição. (F3)

“As minhas irmãs tiveram filhos aqui. Eu não morava aqui, depois que eu vim para cá em 2004, procurei para botar meus filhos aqui. Eu tinha três filhos, os três mais velhos, eles eram pequenos, ai eu botei eles aqui. (F5)

Foi perguntado também às famílias se além da inserção dos seus filhos no Programa de Apoio Sócio Educativo de que outra(s) forma(s) instituição teria os auxiliado. Através deste questionamento é possível constatar que algumas das suas necessidades intermediárias básicas como: alimentação, habitação e cuidados de saúde foram providas pela entidade. Sendo que estas famílias não têm condições financeiras de custear esses serviços, como fica evidente na fala da família 1

“Eu tenho um problema no braço de bursite, derrame articular e ruptura de tendão e precisei levar um raio-x para perícia, quem pagou foi o Lar Fabiano.[...]. Aqui na janela era tudo quebrado, (estava-me mostrando a janela) ai eu fui no Lar Fabiano, eles me deram o material para eu bota embaixo da janela e uma porta que eu estava precisando.[...] A minha filha ficou doente, precisava de um remédio caro, eu ia lá levava a receita prontamente pegava na farmácia. Inclusive nas minhas consultas, às vezes eu não tinha dinheiro para passagem, eles me arrumaram ou quando eu precisava de remédio.[...] e eu passei pela psicóloga do Lar quando eu tava num estágio depressivo.(F1)

“Com gás, alimento, farmácia. Os meus filhos sofrem de bronquite, falava com eles e eles me arrumavam remédio, às vezes não tinha no Posto de Saúde. Mais agora meus filhos estão melhores (F2).

“O Lar me ajudou com R\$ 500,00 reais de material para a reforma da casa da minha mãe, eu morava com ela, não deu tempo de fazer uma casa nova porque ela veio a falecer depois meu irmão vendeu o material todo da casa. Também o meu filho mais velho e eu passamos pela psicóloga do Lar. [...] eu entrei em depressão quando minha mãe faleceu fui direto para o psiquiatra. [...] Já o meu filho mais velho é hiperativo, a hiperatividade dele não havia necessidade de remédio e sim muita conversa, olha no olho, hoje em dia ele é uma criança bem mais calma. (F3)

“Um monte de coisas, me auxiliou com gás, me arrumava cesta. [...], eles me ajudaram com auxílio farmácia. Eu pegava remédio para o meu filho ele tinha problemas de ataque, ele tomava Gardenal, mais agora não precisou mais nada, [...] ele não toma mais nenhum remédio. Eles (Lar) o levavam às vezes para consulta na Iatel. (F6)

Inserido no Programa de Orientação Sócio Familiar estão os grupos e os cursos oferecidos pela instituição para as famílias e toda a comunidade. As famílias entrevistadas foram questionadas em que grupo ou curso as mesmas fizeram parte e no que essas atividades contribuíram para a sua vida e de seus familiares quando estiveram na instituição. Podemos evidenciar que quase todos os entrevistados lembravam-se de quais assuntos se tratavam nos grupos do qual participavam. Sobre os cursos apenas uma fez parte de diversos cursos oferecidos, como segue nas falas

“O grupo que eu fiz parte era sobre alimentação saudável, tipos de alimentos, aproveitamento das cascas das frutas e das verduras, foi bem interessante, aprendi sobre os alimentos. Os cursos eu não participei, não quis. (F2).

“Eu fiz parte do grupo adaptação e renovação, eles eram duas vezes no mês, eram palestras sobre: manipulação de alimentos, corpo humano e higiene pessoal. O que eu aprendia no Lar, aplicava em casa. Eu acho que ajudou. [...] Eu fiz curso de manicure, pedicure. [...] Agora estou fazendo o de bolsa, eu aprendi a manusear a máquina que eu não sabia

no primeiro dia que eu fui pega a máquina a minha perna tremia, aí aprendi passo a passo a colocar a linha na agulha; cortar o tecido. Já estou desde ano passado, nós montamos tipo uma associação. Nós fazemos o nosso modelo, nós criamos o nosso modelo e a Norma (supervisora do Lar) quando viaja para o Rio de Janeiro leva as nossas bolsas, vende e nós dividimos o dinheiro. (F4)

Outro questionamento feito às famílias foi se os mesmos após a inserção nas atividades da instituição se sentiam mais a vontade para buscar seus direitos sociais. De uma forma geral todos afirmaram que sim, que tiveram orientações na entidade de onde e como poderiam buscar informações sobre direitos sociais, como segue manifestado nas falas abaixo

“Me ajudou, me orientou bastante né. Me orientaram no caso da pensão do meu marido para eu ir vê um advogado, porque eu não fiquei recebendo pensão nenhuma para as crianças, aí eu fui no Fórum do Estreito, mais eu não tinha direito. [...] Ou quando o meu filho precisou fazer identidade eles me explicaram. É assim esses dias eu tava muito cansada, fui lá no Lar conversei com a assistente social e educadora social, falei que eu estava pensando em sair do emprego, aí elas me aconselharam que não, que com esse problema no braço era importante que eu tivesse trabalhando de carteira assinada, que eu teria direito de entrar na pericia, se eu ficasse ruim do braço, sem carteira assinada eu não tinha como, assim eu podia ficar na pericia ou até conseguir o auxílio-doença, assim eu não fico sem salário.(F1)

Sim. Quando eu precisei de creche, foi no Conselho Tutelar, entrei com um processo para conseguir vaga. Eles aqui me ajudaram a fazer um documento para dividir o terreno que eu moro para eu ficar na casa e meu ex- marido construir uma no pedaço dele, só que não deu certo. Ele não aceitou, começou a incomodar, aí disse para ele sai aí eu fiquei na casa. (F2)

“Sim! Direito é direito, têm que conhecer teus direitos, teus deveres e tuas obrigações [...] Ah! É direito meu então vamos lá. É que nem agora, se eu não tivesse ligado para o sindicato eu jamais ia sabe ou não, se eu tinha direito de uma assistência durante um ano (tinha machucado o braço num acidente de trabalho). “A empresa, “deixou balançando”, aí eu fui lá ao sindicato, ”se eles não fizerem vem aqui que nós fizemos”. Agora eu já sei que é direito meu, que eles vão-te que fazer né. (F3)

Também foi perguntado para as famílias pesquisadas qual eram seus sonhos, projetos e planos para o futuro. Fica evidente nas falas das mesmas que as respostas a este questionamento estão pautadas em interesses materiais, como adquirir uma casa própria, reforma da casa e cuidados com o futuro dos filhos, como segue nos fragmentos abaixo:

“Eu sou bem sincera para mim eu não quero mais nada, eu penso para os meus filhos. Eu quero que eles estudem, para ser alguém na vida, porque amanhã ou depois Deus me chama, eles têm que estarem bem amparados, não ficar dependendo de ninguém, eu aposto todas as minhas “fichas” neles. (F1)

“Eu queria dar uma casa decente para eles, poder arrumar a minha casa que está em péssimo estado, ver eles longe das drogas que eu tenho muito medo que eles se envolvam. O meu filho mais novo e meio revoltado com o pai, ele diz que não quer ter mais pai, mais eu digo para ele que existe ex-marido mais não existe ex-pai. (F2)

“Meu sonho tô tentando realizar agora, daqui uns dois meses saí o projeto da Caixa Econômica, adquiri minha casa própria, saí do aluguel. Não é meu e dos meus filhos, vou fazer para eles. (F3)

“Então eu tenho um projeto aqui na minha cabeça, mais não posso fazer nada, ou de monta um salão ou uma pastelaria ou coisa assim. Eu queria montar assim um café; com suco cafezinho, coxinha, essas coisas que a gente já sabe fazer. [...] monta alguma coisa e ensina as minhas crianças a trabalhar [...] adquirir junto em família. [...] de eles não sofrer a trabalhar para os outros, igual eu sofri. [...] Eles não vão sofrer igual a mim porque eles estão estudando, eu e que não tive estudo, fui estuda agora. [...] Eu tenho uma pessoa drogada dentro de casa. Você fica constrangida de montar alguma coisa, tem que esta sempre escondendo as coisas (F4).

Segundo os relatos acima das famílias F1 e da F4, ter acesso a escola ou ter seu próprio negócio é uma forma de garantia de qualidade de vida, de que seus filhos possam construir uma vida financeira mais tranqüila. Seus anseios são que seus filhos não vivenciem as adversidades e a luta que os mesmos têm e sempre tiveram para sobreviver. Também durante as entrevistas, através de uma pergunta, foi aberta a possibilidade de

críticas ou sugestões das famílias para com a instituição.

Sobre críticas houve a de duas famílias, uma acredita que deveria ter um acompanhamento para com as famílias desligadas, para que as mesmas possam pedir algum auxílio se necessário, à instituição, mesmo após seu desligamento. A outra família reclamou de a instituição ter se comprometido em auxiliá-la na compra de materiais para a reforma da sua casa, depois de certo tempo esperando resposta, a instituição disse não ser possível auxiliá-la na compra dos materiais por seu orçamento de compra de materiais não ter sido aprovado pela Sede do Rio de Janeiro.

A única sugestão que surgiu foi de que o horário de permanência da Educação Infantil se estendesse até as 18h, pois muitas mães trabalham e têm seus filhos na instituição, sendo que este horário fica inviável para quem trabalha. O horário da instituição é das 16h30min com tolerância até às 17h.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Este trabalho de Conclusão de Curso nasceu do interesse em identificar quais foram os motivos que levaram as seis famílias pesquisadas que permaneceram inscritas entre os anos de 2003/2004 até 2009, no Lar Fabiano de Cristo - UPI Arnaldo São Thiago, uma organização do terceiro setor, a procurarem os programas oferecidos pela mesma. Assim também em paralelo buscou-se identificar se e como esses programas auxiliaram esses grupos em sua organização socio-familiar durante a permanência dos mesmos na instituição.

Considerou-se importante para este trabalho a construção do resgate teórico sobre o terceiro setor e a instituição pesquisada. Assim, através deste histórico foi possível demonstrar as mudanças políticas e sociais que aconteceram no Brasil e no mundo entre as décadas 70 e 90. No bojo destas mudanças observa-se o crescimento das organizações não-governamentais, principalmente as que oferecem serviços na área da assistência social, assim como é possível observar o repasse do Estado para o terceiro setor das suas responsabilidades sobre os cuidados sociais às famílias e a outros segmentos sociais vulnerabilizados.

Podemos dizer então, respondendo aos questionamentos levantados por esta pesquisa através dos dados coletados com as seis famílias entrevistadas e a análise dos prontuários que um dos principais motivos explícitos que levou as famílias a procurarem a instituição foi, especialmente, a intenção de colocar seus filhos nos programas e projetos da instituição, principalmente pelo acesso à Educação Infantil. Este motivo de procura esta vinculado à necessidade e tentativa dos pais em arrumar um emprego, e, por muitas vezes, não têm com quem deixar seus filhos, pois a maioria já havia esgotado suas tentativas de matricular seus filhos em creches públicas.

Entretanto, nas experiências vivenciadas durante o estágio curricular obrigatório, foi possível perceber que existem outras necessidades por trás da matrícula de seus filhos na Educação Infantil e nos projetos. Essa procura seria apenas uma maneira de acessar uma instituição onde as crianças e adolescentes das respectivas famílias pudessem fazer suas refeições diárias e, também para que os mesmos não se envolvessem com drogas. O medo das drogas é uma preocupação constante nas falas dos entrevistados, acredita-se também que este medo seja maior por alguns terem parentes usuários de droga. A dependência

química entre a população brasileira e mundial cresce como podemos observar através de reportagens nos jornais e na TV.

Assim, a necessidade intermediária “educação” é suprida, porém estas famílias têm outras necessidades básicas que precisam ser atendidas, que aparecem em suas falas, como alimentação, cuidados com a saúde, habitação entre outras. Dentro do Programa Sócio Familiar, está alocado o subprograma Necessidades Básicas, que oferece auxílios eventuais de alimentos, gás, vale transporte e medicamentos.

É importante frisar que estas necessidades básicas são direitos garantidos pela Constituição de 1988 do qual o Estado tem o dever de garanti-las, visto que as mesmas não têm condições de supri-las por variados motivos. Tendo em vista que o Estado não dá conta, os auxílios prestados pela instituição se tornam indispensáveis na vida dessas famílias. A importância do Lar Fabiano de Cristo e do trabalho desenvolvido pela mesma durante a permanência destas famílias na instituição fica exposta na fala dos entrevistados.

Entretanto, apesar da instituição pesquisada ter desempenhado um papel importante para com as famílias atendidas, dando suporte e apoio necessários dos quais as mesmas não tiveram por parte do Estado, principalmente pelo motivo primário que as trouxe até entidade, a mesma não tem como atender todas às necessidades sociais dos moradores do bairro. Faz-se importante enfatizar que, a desresponsabilização do Estado e as políticas neoliberais vigentes, cada vez mais, têm empobrecido a população e aumentado a desigualdade social.

Faz-se necessário mencionar que as organizações do terceiro setor são um espaço sócio-ocupacional importante para o serviço social. Este espaço de trabalho do assistente social deve ser utilizado pelo mesmo como meio de interação entre o terceiro setor e o Estado na busca do enfrentamento das questões das expressões sociais evidenciadas no decorrer desta pesquisa. Acredita-se que este ainda seja um caminho longo a ser percorrido, porém é indispensáveis à criação de políticas públicas efetivas direcionadas as famílias, nas áreas da educação, saúde, emprego e habitação.

Para a acadêmica fica a experiência da realidade vivenciada no campo de estágio, tanto quanto a experiência das entrevistas com as famílias, pois através de seus relatos aprendemos de que forma estas e outras famílias vulnerabilizadas se organizam para sobreviver nesta sociedade que vivemos onde o que socialmente produzido e desigualmente dividido.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Antonio Carlos Carneiro de. **Terceiro Setor: história e gestão de organizações**, São Paulo: Summus, 2006.

BAPTISTA, Myrian Veras (*et. All.*). **A necessidade de conhecer as famílias e os caminhos percorridos**. In: FÁVERO, E.T.; VITALE, M.A.F.; BAPTISTA, M.V. (org.). *Famílias de crianças e adolescentes abrigados: quem são, como vivem, o que pensam, o que desejam*. São Paulo, Paulus, 2008.

BIAGI, Orivaldo Leme. **Discussões sobre o ordenamento jurídico do terceiro setor na legislação brasileira**. In: *O Terceiro Setor em Perspectiva*, Fiuza, 2006 Disponível em: <<http://www.faat.com.br/nets/artigos01.asp?Noticia:12>>. Acesso em: 26 de outubro de 2010.

BRASIL. **Decreto nº 50.517, de 02 de maio de 1961**. Regulamenta a Lei n.91, de 28 de agosto de 1965, que dispõe sobre declaração de utilidade pública. Disponível em<:www.planalto.gov.br>. Acesso em: 29 de setembro de 2010.

_____. **Resolução nº 27 – CNAS de 24 de fevereiro de 2005**. Norma Operacional Básica. Disponível em<:<http://www.congemas.gov.br/leisnob.html>>. Acesso em: 29 de setembro de 2010.

_____. **Resolução nº 16, de 05 de maio de 2010**. Dispõe os parâmetros nacionais de inscrição das instituições de assistência social e das outras providências. Disponível em<:<http://www.congemas.gov.br/leisnob.html>>. Acesso em: 29 de setembro de 2010

_____. **Decreto nº 7.237, de 20 de julho de 2010**. Regulamentada a Lei n.12.101, de 27 de novembro de 2009, que dispõe sobre o processo de concessão de certificado de entidades beneficentes de assistência social e da outras providências. Disponível em<:www.planalto.gov.br>. Acesso em: 29 de setembro de 2010.

BRASÍLIA. **Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993**. Dispõe sobre a organização da Assistência Disponível em<:<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 29 de setembro de 2010.

_____. **Lei nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1998**. Dispõe sobre o serviço voluntário e dá outras providências. Disponível em< <http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 29 de setembro de 2010.

_____. **Lei nº 9.637, de 18 de fevereiro de 1998**. Dispõe sobre o serviço voluntário e dá outras providências. Disponível em< <http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 29 de setembro de 2010.

_____. **Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999**. Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de

Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências. Disponível em:<<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 29 de setembro de 2010.

COELHO, Simone de Castro Tavares. **Terceiro setor: um estudo comparado entre Brasil e Estados Unidos**, 3º ed, São Paulo, SENAC, 2005

COUTO, Berenice Rojas. **O direito social e a assistência social na sociedade brasileira: Uma equação possível?**, São Paulo: Cortez, 2004.

DUARTE, Janaina Lopes do Nascimento. ONGS e políticas sociais públicas: o enfrentamento da “questão social” face à reforma do Estado brasileiro. *In.:* **Revista Ágora: Políticas Públicas e Serviço Social**, ano 2,º3, dezembro de 2005. Disponível em: www.assistentesocial.com.br. Acesso em: 20 de outubro de 2010.

FIGUEIRÓ, Ana Lúcia. Redefinição política ou despolitização? As concepções de “Terceiro Setor” no Brasil. **Katálisis**, nº05. Florianópolis, UFSC, 2001.

GIL, A.C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 4º Ed. São Paulo: Atlas, p.43 -51 1995.

GOMES, Ana Lúcia. A nova regulamentação da filantropia e o marco legal do terceiro setor. *In:* Revista **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez, n.61, ano XX, Nov 1999.p. 09-23.

GONÇALVES, Maria da Conceição Vasconcelos. Habitação. Capacitação em Serviço Social e Política Social. Módulo III, CEAD-UND, 2000.

GONH, Maria da Glória. O novo associativismo e o terceiro setor. *In:* **Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez, n.58, ano 1998.p.131-153.

GUIMARÃES, Marlene Maria Moreira. Crise, reestruturação produtiva e trabalho nas regiões metropolitanas brasileiras. Script Nova – Revista Electronica de Geografia y Ciencias Sociales, Barcelona, v 6, nº62, 2002. Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/Sn/sn119-62hp>. Acesso em: 20 de outubro de 2010

FRANCISCANOS. **Província Franciscana da Imaculada Conceição**, São Paulo, 1974 Disponível:<http://www.franciscanos.org.br/noticias/noticias_especiais/hist/index.php>. Acesso em: 03 de setembro de 2010.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2000**. Brasil, Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/familias/censo2000_familias.pdf>. Acesso em: 20 de outubro de 2010.

_____ - FASFIL, Fundações Privadas e Associações Sem Fins Lucrativos. Brasil, 2005 Disponível em:< <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/fasfil/2005/fasfil.pdf>>. Acesso em: 20 de outubro de 2010.

LAR FABIANO DE CRISTO. **História da UPI Arnaldo São Thiago**, 2009, Disponível em: <<http://www://blog.lfc.org.br/category/arnaldosãothiago>>. Acesso em: 07 de outubro de 2010.

_____. CAPEMI. **História do Lar Fabiano de Cristo**, 2009. Disponível em: <http://www.capemi.com.br/site/publicacao_list.asp?cod_canal=18>. Acesso em: 03 de setembro de 2010.

_____. **Estatuto da Instituição**. 2010.

_____. **Relatório Anual do Lar Fabiano de Cristo**. 2009. Disponível em: <http://www.lfc.org.br/site/ra09/index.html>. Acesso em: 07 de outubro de 2010

LINDNER, Jane da Rosa Defrein. A reforma da previdência e o funcionalismo público: uma leitura a partir da reforma do Estado. **Katálysis**, n°4. Florianópolis, UFSC, 1999.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social**, (Org) *In*: MINAYO, Maria Cecília de Souza. Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade. São Paulo, Vozes, 2002.

MIOTO, Regina Célia Tamasso. **Cuidados sociais dirigidos à família e segmentos sociais vulneráveis**. Capacitação em Serviço Social e Política Social. Brasília: UnB/CEAD, Mod.4. 2000.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social**. São Paulo: Cortez, 2002.

_____, Das “lógicas do Estado” às “lógicas da sociedade civil”. **Serviço Social e Sociedade**, n° 59, São Paulo: Cortez, 1999.

MOTA, Ana Elisabete. **Crise contemporânea e as transformações na produção capitalista, Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**, Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

NETO, Otávio Cruz. **O trabalho de campo como descoberta e criação**, (Ong) *In*: MINAYO, Maria Cecília de Souza, Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade. São Paulo, Vozes, 2002.

NILES, Cristina Bell. **A Atuação dos assistentes sociais em organizações da sociedade civil: reflexões de sua dimensão ético-política**. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

NOGUEIRA, V.M. R; PFEIFER, M. O papel do Estado e o “Welfare Mix”. *In*: Serviço Social e Revista, v.5, n°2, jan/jun 2003
Disponível em: <http://www.ssrevista.uel.br/c_v5n2_veramaria.htm>. Acesso em: 27 de outubro de 2010.

ORGANIZAÇÃO DOS ADVOGADOS DO BRASIL – SÃO PAULO (OAB/SP). **Cartilha Terceiro Setor.**

Disponível:<www.2.oabsp.org.br/asp/.../terceiro_setor/cartilhas/cartilha_OAB.pdf>.

Acesso em: 26 de outubro de 2010.

PEREIRA, Maria Julia Gaia. **Plano de Estágio Lar Fabiano de Cristo** – UPI- Arnaldo São Thiago. Florianópolis, 2009.

_____. **Relatório Semestral de Estágio II.** Lar Fabiano de Cristo –UPI- Arnaldo São Thiago. Lar Fabiano de Cristo.<Disponível em: <http://www.lfc.org.br>>>. Acesso em: 03 de setembro de 2010.

PEREIRA, Potyara A.P. **Necessidades Humanas:** subsídios à crítica dos mínimos sociais,São Paulo:Cortez,2000.

PERES, Marcos Augusto de Castro Peres. **Do taylorismo/fordismo à acumulação flexível toyotista: novos paradigmas e velhos dilemas.** 2004.

Disponível em:<http://www.unopec.com.br/revistaintellectus/_Arquivos/Jan_Jul_04/PDF/pff>. Acesso em: 20 de outubro de 2010

SANTOS, Vera Núbia. Terceiro setor no serviço social brasileiro: aproximações ao debate. In: **Serviço Social e Sociedade**, nº91, São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Ilse Gomes. **A reforma do Estado brasileiro nos anos 90:** processos e contradições. 2001. Disponível em: www.pucsp.br/neil/downloads/v7_ilse-gomes.pdf >>. Acesso em: 05 de outubro de 2010.

SIMÕES, Carlos. **Curso de direito do serviço social/ 3.** Ed.rev. e atual. - São Paulo: Cortez, 2009.

SIMIOMATTO, Ivete. Mercosul e Reforma do Estado: retrocesso da seguridade social. **Revista Katálysis**, nº05. Florianópolis, UFSC, 2001.

YASBEK, Maria Carmelita. **Classes subalternas e assistência social.** 3ª. Ed. São Paulo, Cortez, 1999.

APÊNDICES

APENDICE I - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidada (o) a participar da pesquisa: “**Aplicação de Questionário as famílias desligadas do Lar Fabiano de Cristo. Entendendo o processo de vivência destas famílias durante e após sua inserção no projeto**”. Você foi escolhida (o) para ser entrevistada (o) por compor o universo destas famílias que fizeram parte desta Instituição acima citada durante seu tempo de permanência estabelecido. Sua participação não é obrigatória. A qualquer momento você pode desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará prejuízo em sua relação com o pesquisador, com o Lar Fabiano de Cristo ou o Departamento de Serviço Social /UFSC, no qual a pesquisa será também apresentada.

O objetivo deste estudo é realizar um questionário com as famílias após seu desligamento por tempo limite de permanência no projeto, que seriam cinco anos, a fim de analisar com estes o processo vivenciado durante e após sua inserção no projeto. Sua participação nesta pesquisa consistirá em responder o questionário citado com os objetivos de conhecer o contexto das famílias inseridas no Lar Fabiano de Cristo e que foram desligadas após tempo limite na instituição; verificar a situação da família após seu desligamento; analisar o processo vivenciado pelas famílias durante sua inserção no projeto e após o mesmo a partir das visitas domiciliares e verificar a eficácia dos projetos oferecidos pela instituição.

Os benefícios relacionados com sua participação são muitos. Através de sua contribuição poderemos analisar se o tempo de permanência nos projetos contribui para que as famílias alcancem seus objetivos quando procuram a instituição. E se não contribuiu, coletar com estas famílias possíveis sugestões e críticas para o aprimoramento dos projetos oferecidos por esta instituição. Não identificamos a existência de riscos em você participar da pesquisa.

As informações obtidas através desta pesquisa serão utilizadas para a elaboração de um Projeto de Intervenção que está sob supervisão da Assistente Social Iassana Hoffmann e que deve ser entregue pela estudante Maria Julia Gaia Pereira como trabalho de conclusão de Estágio nesta instituição e para a Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. Este trabalho também deverá fazer parte no semestre que vem da construção do Trabalho de Conclusão de Curso e através destes é que serão veiculadas os dados obtidos. Os dados não serão divulgados de forma a possibilitar sua identificação. Você receberá uma cópia deste termo onde consta o nome e o telefone do pesquisador principal, podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento.

Obrigada pela sua colaboração e por merecer sua confiança.

Maria Julia Gaia Pereira
Pesquisadora

Iassana Hoffmann
Assistente Social

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

Entrevistada

Telefone Contato: 48 (M^a Julia)

APENDICE II - 1) Como você soube da existência do Lar Fabiano de Cristo?

2) Fora a inserção de seus filhos na Educação Infantil ou DCCE ou Juva, de que outra(s) forma(s) a instituição auxiliou a sua família?

3) Em que atividade você participou (grupo ou curso) quando esteve na instituição? No que esta atividade contribuiu para sua vida e de seus familiares?

4) Existe alguém da família que faz uso de álcool ou outro tipo de droga?

5) Você e seu esposo estão trabalhando no momento? No que seria? E de carteira assinada?

6) Qual é a renda atual da família?

7) Sua casa é própria ou alugada?

8) Seus filhos estão em algum projeto atualmente?

9) Quais são os seus planos, os sonhos e os projetos para o futuro da sua família?

10) Após a inserção nas atividades no Lar Fabiano de Cristo você se sente mais a vontade para buscar os seus direitos sociais?

11) Gostaria de fazer alguma sugestão ou reclamação do trabalho do Lar Fabiano de Cristo?

12) Como você se sentiu fazendo esta entrevista?